

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
Bacharelado em Ciências Sociais

Bruna Molina Leal

**Acompanhamento Discente na Graduação:**  
práticas e estratégias adotadas por servidores da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre  
2022

Bruna Molina Leal

**Acompanhamento Discente na Graduação:**

práticas e estratégias adotadas por servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Alexandre Silva Virginio

Porto Alegre

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

LEal, Bruna Molina  
Acompanhamento Discente na Graduação: práticas e  
estratégias adotadas por servidores da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Bruna Molina  
LEal. -- 2022.  
98 f.  
Orientador: Alexandre Silva Virginio.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em  
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Instituição de Ensino Superior. 2.  
Acompanhamento Discente. 3. Normativas de Graduação.  
I. Virginio, Alexandre Silva, orient. II. Título.

Bruna Molina Leal

**Acompanhamento Discente na Graduação:**

práticas e estratégias adotadas por servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Alexandre Silva Virginio

**Aprovado em:** Porto Alegre, [Clique aqui para inserir uma data]..

BANCA EXAMINADORA:

---

Dr. Alexandre Silva Virginio  
Departamento de Sociologia – IFCH/UFRGS

---

Dr. Emerson Alessandro Giumbelli  
Departamento de Antropologia – IFCH/UFRGS

---

Dra. Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz  
Departamento de Ciências Políticas – IFCH/UFRGS

## RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar as práticas e estratégias de acompanhamento discente nos cursos de graduação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este processo é necessário ser estudado ainda mais a partir do período pandêmico e as modificações causadas por ele na dinâmica da Instituição de Ensino Superior analisada. Frente a isso, o trabalho tem como objetivo identificar e analisar as ações cotidianas dos servidores que trabalham com o acompanhamento discente, tanto em termos normativos quanto de ações práticas, a partir da perspectiva dos servidores envolvidos. Para isso, foi feita uma análise documental das normativas da UFRGS e outras IES para comparação, foi aplicado um questionário online via Google Forms com 23 servidores (técnicos e docentes), sendo foi realizada entrevistas mediante videochamada com 8 destes participantes. Com isso, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de maneira a analisar as respostas. Ao analisar as respostas, foi feito um levantamento das atividades com as quais se trabalha no acompanhamento discente. Além disso, foi possível identificar 4 dimensões de análise, sendo elas: individual, avaliativa, administrativo-pedagógico e institucional. Cada dimensão enfatiza um aspecto relevante ao acompanhamento discente, devendo ser feito individualmente, analisando os dados gerais dos cursos de graduação a fim de identificar possíveis problemas. Ainda, é necessário que o processo administrativo seja organizado para atender a demanda dos alunos, assim como deve ser elaborada uma diretriz institucional para orientar as ações nas diversas Unidades Acadêmicas e Cursos de Graduação da UFRGS. Apenas com essa política institucional será possível avançar na temática, com um calendário constante de capacitações para os servidores que atuam nos serviços estudados.

**Palavras-chave:** Instituição de Ensino Superior. Acompanhamento Discente. Normativas de Graduação.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze practices and strategies of student monitoring in undergraduate courses at the Federal University of Rio Grande do Sul. This process needs to be studied further, because the pandemic period and the changes caused by it in the dynamics of the analyzed Higher Education Institution. In view of this, the work aims to identify and analyze the daily actions of educational servers who work with student monitoring, both in normative terms and in practical actions, from the perspective of the servers involved. For this, it was made a documentary analysis of the regulations of UFRGS and other HEIs, and an online questionnaire was applied via Google Forms with 23 servers (technicians and teachers), and interviews were carried out by video call with 8 of these participants. With this, the technique of content analysis was used in order to analyze the responses. When analyzing the answers, a survey was made of the activities with which student monitoring works. In addition, it was possible to identify 4 dimensions of analysis, namely: individual, evaluative, administrative-pedagogical and institutional. Each dimension emphasizes a relevant aspect to student monitoring, that should be done individually, analyzing general data from undergraduate courses in order to identify possible problems. Furthermore, it is necessary that the administrative process be organized to meet the students' demand, as well as an institutional guideline to regulate the actions in the various UFRGS' Academic Units and Undergraduate Courses. Only with this institutional policy will it be possible to advance on the subject, with a constant training calendar for the servers that work in the services studied.

**Keywords:** Higher Education Institution. Student Monitoring. Normative Terms from Graduation.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Número de Concluintes, Cursos, Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais – 2005 e 2020.....	<b>23</b>
Tabela 2 – Avaliação de desempenho fictícia.....	<b>29</b>
Tabela 3 – Número de estudantes matriculados, vinculados, ingressantes, diplomados, evadidos e beneficiários da UFRGS.....	<b>52</b>
Tabela 4 – Dimensões de análise das respostas abertas do Questionário.....	<b>58</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da média ponderada dos indicadores de trajetória dos ingressantes em cursos de Graduação de 2011 a 2020 – Brasil.....	24
Gráfico 2 – Número de alunos formandos e evadidos por ano na UNIPAMPA.....	33
Gráfico 3 – Número de alunos por forma de evasão por ano a UNIPAMPA.....	33
Gráfico 4 – Taxa de Evasão Anual média da UFSM em números.....	39
Gráfico 5 – Taxa percentual de Evasão Anual média da UFSM.....	40
Gráfico 6 – Frequência de práticas de Acompanhamento Discente.....	53
Gráfico 7 – Acompanhamento de Grupos distintos de estudantes.....	54
Gráfico 8 – Conhecimento das Normas de acompanhamento discente.....	62
Gráfico 9 – Identificação de práticas que evitam evasão e retenção.....	68



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

#ACOMPANHA!	Programa de Acompanhamento Discente, Incentivo à Permanência e Redução da Evasão
CAF	Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas
CAMGRAD	Câmara de Graduação
CD	Coeficiente de Desperdício
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CID	Créditos Integralizados pelo Discente
CIPAS	Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde
COMGRAD	Comissão de Graduação
CONSUN	Conselho Universitário
CTC	Créditos Totais do Curso
EAD	Ensino à Distância
EDUFRGS	Escola de Desenvolvimento de Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FABICO	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FORGRAD	Fórum das Comissões de Graduação
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
NCA	Número de Créditos Aprovados
PNE	Pessoa com Necessidades Especiais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROENS	Pró-Reitoria de Ensino

PROGRAD	Vice-Pró-Reitoria de Graduação
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
ROD	Regime de Observação de Desempenho
RS	Rio Grande do Sul
SESu/MEC	Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
SISGRAD	Sistema de Graduação
TAE	Técnico em Assuntos Educacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIM	Taxa de Integralização Média do curso
TIMD	Taxa de Integralização Média do Discente
TUA UFRGS	Central do Aluno
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1	OBJETIVOS .....	13
1.1.1	Objetivo geral .....	13
1.1.2	Objetivos específicos.....	13
1.2	METODOLOGIA.....	14
1.3	ACOMPANHANDO AS DISCUSSÕES .....	16
<b>2</b>	<b>PROBLEMÁTICA</b> .....	<b>19</b>
2.1	POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	21
2.2	NORMATIVAS DA UFRGS .....	25
2.3	NORMATIVAS DE OUTRAS IES DO RS.....	32
2.3.1	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) .....	32
2.3.2	Universidade Federal de Pelotas (UFPel) .....	35
2.3.3	Universidade Federal de Rio Grande (FURG).....	36
2.3.4	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) .....	38
2.3.5	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).....	40
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>42</b>
3.1	EXPERIÊNCIA PARA DUBET.....	42
3.2	GIDDENS E A PERSPECTIVA DA AÇÃO .....	45
3.3	FOUCAULT E O PODER DISCIPLINAR.....	48
<b>4</b>	<b>ACOMPANHAMENTO DISCENTE NA UFRGS</b> .....	<b>52</b>
4.1	DE QUE ACOMPANHAMENTO ESTAMOS FALANDO? .....	53
4.1.1	Dimensão Individual.....	59
4.1.2	Dimensão Avaliativa.....	61
4.1.3	Dimensão Administrativa-Pedagógica.....	63
4.1.4	Dimensão Institucional .....	66
4.2	A PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO DISCENTE NA UFRGS.....	70
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>79</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>82</b>
	<b>APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE B — ENTREVISTA</b> .....	<b>96</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A realidade do Ensino Superior brasileiro demanda uma análise quanto aos variados fatores que a perpassam. O jovem que termina o Ensino Médio tem idade tenra e é convocado a decidir um curso superior sem nem ao menos conhecer o mundo do trabalho e a realidade universitária. Assim, ao ingressar em Instituições de Ensino Superior, percebe-se uma ruptura na trajetória desse jovem estudante. As instituições passam a considerar o jovem adulto sujeito de si, sem muitas vezes auxiliar nessa transição, mesmo com possibilidade de troca de municípios em função da obtenção de uma vaga em uma Instituição de Ensino Superior (IES). Segundo Andrade e Teixeira (2017), muitos estudos estão sendo desenvolvidos a fim de identificar os efeitos das vivências universitárias no desenvolvimento discente, a fim de compreender a influência do contexto pessoal, social, relacional e acadêmico nos processos de permanência e desempenho.

Neste trabalho, volto o meu olhar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), problematizando de que maneira é feito o acompanhamento discente dos seus estudantes matriculados. Por ser técnica na UFRGS e trabalhar com diversas questões relacionadas ao acompanhamento discente, este tema de pesquisa sempre ressoa em mim devido à pouca literatura encontrada quanto às formas de acompanhamento de estudantes durante a graduação, ainda mais considerando as etapas das vidas dos estudantes universitários que são as mais distintas.

Como técnica da UFRGS, acompanho esforços de acompanhamento discente, assessorando a coordenação das Comissões de Graduação (COMGRAD) dos cursos de Ciências Biológicas e Biotecnologia, o que me motiva a questionar diversas práticas nesse âmbito. Em especial, qual é o papel do acompanhamento discente no Ensino Superior na UFRGS? De que maneira é feito o acompanhamento discente dos seus estudantes matriculados? Como este acompanhamento ocorre no cotidiano, na relação entre discentes e funcionários da universidade?

Diante destes questionamentos, analisamos a prática do acompanhamento discente, frente às normas institucionais estabelecidas, principalmente no contexto pandêmico que estamos inseridos, com o estabelecimento de um Ensino Remoto Emergencial (ERE) pela UFRGS. Ao adentrar na literatura, passo a refletir ainda sobre como as práticas estabelecidas de acompanhamento discente se relacionam com as

normativas institucionais, em um movimento de problematizar as micropolíticas estabelecidas em um contexto estruturado.

Assim, procuro dar conta do seguinte problema de pesquisa: quais estratégias estão sendo utilizadas pelos serviços de graduação para atender e acompanhar o público discente? Neste sentido, faz-se necessário compreender a concepção das normas e práticas do acompanhamento discente. Em outras palavras: A normativa da UFRGS tem o intuito de mitigar os efeitos da retenção e/ou evasão? Busca promover condições de equidade entre os estudantes? Esta ação do acompanhamento está disponível a todos os alunos ou há estratégias que visam o disciplinarização dos corpos dos estudantes?

Enfim, com tantos questionamentos, definimos que este trabalho tem a intenção de contribuir com a discussão sobre o acompanhamento de estudantes na graduação e as políticas adotadas pela instituição, de maneira a estabelecer estratégias a evitar a retenção e evasão, explorando as possibilidades e dificuldades encontradas nas práticas dos serviços da UFRGS. Com isso, espera-se que sirva de apoio a estratégias para o apoio à permanência no ensino superior.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

- Identificar e analisar as práticas dos serviços da UFRGS de acompanhamento discente na graduação a partir da perspectiva dos servidores (docentes e técnicos) da UFRGS que trabalham com essas atividades.

### 1.1.2 Objetivos específicos

1. Mapear os serviços na UFRGS que atualmente trabalham com acompanhamento discente na graduação.
2. Fazer um levantamento das atividades de acompanhamento discente sendo adotadas pelos serviços.
3. Analisar as ações cotidianas dos servidores que trabalham com o acompanhamento discente, tanto em termos normativos quanto de ações

práticas, notadamente em sua relação com a potencialização (ou não) das oportunidades de aprendizagem.

## 1.2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos desse trabalho, primeiro foi necessária uma análise documental para definir o universo do trabalho, para então ir a campo para produzir os dados. Assim, em um primeiro momento, caracteriza-se o campo empírico de estudo, ou seja, a própria UFRGS. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui 4 campi em Porto Alegre além de 2 unidades isoladas, 2 campi no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul e 1 campus em Eldorado do Sul. São mais de 30 mil estudantes vinculados em 85 cursos de graduação em 28 unidades acadêmicas. Destes, são 70 cursos presenciais sediados em Porto Alegre, 9 cursos de Ensino a Distância e 7 cursos presenciais nos campi do Litoral Norte.

Com esta dimensão, a UFRGS possui em sua organização dois órgãos colegiados, superiores a própria Reitoria, responsáveis pela organização da Universidade, com a representação de todos os cursos e públicos (professores, técnicos e discentes). O Conselho Universitário (CONSUN) é um deles, sendo a instância máxima de função normativa, deliberativa e de planejamento da UFRGS, sendo assessorado pelo outro, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) um órgão técnico com funções deliberativa, normativa e consultiva sobre ensino, pesquisa e extensão.

A partir desses órgãos, a organização da UFRGS se dá por Unidade Acadêmica, que se organiza em um setor administrativo chamado de gerência administrativa, sob a organização da Direção da Unidade Acadêmica. A Direção Acadêmica é eleita pela sua comunidade, composta pelos discentes e servidores, técnicos e professores. Os professores normalmente estão sediados em Departamentos, e representantes desses Departamentos compõe a organização das Comissões de Graduação (COMGRADs) para os cursos daquela unidade. Há cursos que são interdisciplinares, assim possuem disciplinas de diversas Unidades Acadêmicas, assim há representantes dos Departamentos e/ou Unidades nas COMGRADs.

Com este panorama, este trabalho restringe como objeto da pesquisa os cursos presenciais de Porto Alegre, por compreender que o funcionamento dos cursos à

distância e dos campi do Litoral Norte possui características distintas. Ainda, destes 70 cursos de Porta Alegre, destaco o curso de Educação do Campo que tem ingresso diferenciado frente a proposta pedagógica do curso, assim restringindo também a sua presença na amostra desta pesquisa. Logo, são 69 cursos vinculados a 66 COMGRADs que podem ter apoio técnico de núcleos acadêmicos compartilhados ou equipe técnica própria alocadas em secretarias das COMGRADs. O fato de eu já estar inserida no campo como técnica na UFRGS em uma COMGRAD facilita o acesso às atividades e aos dados disponíveis no Portal do Servidor. Nesse trabalho, analisa-se o trabalho das Comissões de Graduação e dos setores que prestam apoio técnico a elas, para ver como elas efetivam na prática as políticas de Acompanhamento Discente, considerando ser o setor responsável por isso.

Para isso, foi elaborado um questionário às Comissões de Graduação e Núcleos Acadêmicos de apoio técnico da UFRGS a respeito das práticas de acompanhamento discente, seja realizado por bolsistas, servidores técnicos ou ainda servidores docentes. Este questionário (ver Apêndice A) foi cadastrado na plataforma do Google Forms. Com as respostas dos questionários, os dados foram tabulados e foram utilizadas técnicas de análise categórica em software de análise de dados.

A partir das respostas do questionário, foram selecionados servidores de áreas diferentes que tenham manifestado disponibilidade para realizar uma entrevista com o intuito de aprofundar a discussão sobre as práticas de acompanhamento discente. A entrevista semiestruturada foi conduzida com perguntas abertas (ver Apêndice B), realizadas por videochamadas, e foram gravadas mediante autorização do entrevistado. Foram feitas 8 entrevistas com os servidores pelo acompanhamento pedagógico de COMGRADs e/ou Núcleos Acadêmicos, a fim de compreender como se trabalha a questão.

As entrevistas foram transcritas posteriormente e submetidas a análise de conteúdo baseada na contribuição de Bardin (2009) que a conceitua como conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos em três distintas fases: pré-análise com a leitura flutuante de todo material, a exploração do material de maneira a codificar e categorizar as respostas e o tratamento dos resultados obtidos. Para a escrita desse trabalho, para garantir a anonimidade dos entrevistados, foram dados nomes fictícios, e identificado apenas a condição dos servidores, se são técnicos ou docentes.

### 1.3 ACOMPANHANDO AS DISCUSSÕES

Considerando que no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFRGS)<sup>1</sup> de 2016 a 2026, temos que ressaltar que está proposto quanto ao desafio do acolhimento e permanência a necessidade de dar “atenção às especificidades desses segmentos no que se refere às suas necessidades didáticas, pedagógicas, sociais, culturais e de respeito à diversidade” (UFRGS, p. 34). Ao mesmo tempo que não propõe práticas para evitar a evasão e retenção, não aparecendo estas palavras no documento.

Ao ouvir os servidores quanto as suas práticas de acompanhamento discente, é possível compreender a importância da temática, considerando que no próprio Estatuto da UFRGS define que compete às Comissões de Graduação a avaliação e organização da estrutura curricular, assim como orientar academicamente os alunos e proceder a sua adaptação curricular.

Esta orientação acadêmica prevista no Estatuto da UFRGS traz consigo dúvidas, quanto ao que significa. Analisando a Resolução 13/2011<sup>2</sup> CEPE-UFRGS, percebe-se que é de competência das COMGRAD o aconselhamento à matrícula, assim como caberá as COMGRADs o acompanhamento de desempenho do discente dos estudantes no Programa de Discente Convênio de Graduação. Este acompanhamento de desempenho discente é regido pela a resolução 19/2011.

A Resolução 19/2011<sup>3</sup> CEPE-UFRGS aprovou normas para acompanhamento do desempenho acadêmico discente de graduação, prevendo os mecanismos aos quais o mesmo será realizado, de que modo se dará, como também a forma de eventual desligamento da Universidade, por insuficiência de desempenho ou por jubramento. No entanto, a resolução apenas regulamenta os procedimentos de acompanhamento de desempenho discente, tendo sido questionada judicialmente pelo Diretório Central dos Estudantes após o desligamento de quase 1000 estudantes em 2015.

---

<sup>1</sup> Possível de ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148942>

<sup>2</sup> Possível de ser acessado pelo endereço eletrônico: [https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2021/12/grad\\_outros\\_11\\_2013.pdf](https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2021/12/grad_outros_11_2013.pdf)

<sup>3</sup> Possível de ser acessada pelo endereço eletrônico: [https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2021/12/grad\\_outros\\_19\\_2011.pdf](https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2021/12/grad_outros_19_2011.pdf)



Na ação judicial<sup>4</sup>, o Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul solicitou a suspensão total da Resolução 19/2011, em especial dos artigos 7 ao artigo 14 e reversão dos atos administrativos baseados nela, até o momento que a UFRGS “implemente programa para recuperação dos alunos com menor desempenho acadêmico, (...) através de orientação e acompanhamento psicológico, educacional e assistencial, bem como, a instituição do prévio procedimento administrativo, resguardado pelo contraditório, para o 'controle de matrícula' e 'desligamento por insuficiência de desempenho’”. A decisão judicial de primeira e segunda instância aceitou parcialmente a causa do DCE, com a suspensão dos artigos 12 e 14, que determinam o desligamento por insuficiência por desempenho e desligamento por jubramento, ou seja, excedido o tempo máximo de vínculo no curso, e a readmissão dos estudantes desligados pelos procedimentos previstos na Resolução.

A própria decisão judicial reforça o previsto no art. 11 da Resolução 19/2011 que prevê que as COMGRADs poderão estabelecer regulamentação sobre a orientação de matrícula bem como outras medidas de acompanhamento para o público discente, reforçando que “incumbirá à Comissão de Graduação responsável por cada curso estabelecer a melhor forma de obter a recuperação do aluno com baixo rendimento”. Assim, é necessário olhar para as práticas das COMGRADs de maneira a analisar as estratégias de acompanhamento discente utilizadas no momento. Dessa maneira, é necessário explorar de forma mais aprofundada a problemática, definido o problema de pesquisa e o discutindo frente aos estudos já realizados.

Com isso, nos próximos capítulos, iremos explorar um pouco mais a problemática da pesquisa e as políticas educacionais existentes no Brasil, assim como analisar as normativas internas da UFRGS para melhor situar o problema de pesquisa em seu universo. Ainda, é importante compreender como a temática é tratada em outras Instituições de Ensino Superior, tendo sido feito um levantamento e buscado informações pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.Br das normativas de outras Universidades Federais do Estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>4</sup> Possível de ser acessada pelo endereço eletrônico:  
<https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/392805830/apelacao-remessa-necessaria-apl-50563721820134047100-rs-5056372-1820134047100/inteiro-teor-392805858>

Analizamos todas estas questões sob a lente do nosso referencial teórico, que utiliza os conceitos de experiência, ação e disciplina, de maneira a apresentar e discutir os dados com este olhar. Após apresentar esses conceitos, passamos a analisar o acompanhamento discente na UFRGS frente as respostas dos questionários e os depoimentos das entrevistas. Para a análise, quatro dimensões se sobrepuseram, **analisando individualmente e a prática do acompanhamento discente na prática.**

## 2 PROBLEMÁTICA

Para o desenvolvimento desse projeto, volto-me a questão de qual é o papel do acompanhamento discente no Ensino Superior na UFRGS. O que é esse acompanhamento discente? Ele teria como intuito diminuir a retenção e evasão? Ou ainda promover condições de equidade entre os estudantes? Tem se destinado a estudantes que apresentem alguma dificuldade com as disciplinas do seu curso? Poderia ter o intuito de estimular espaços de acolhimento institucional dentro da instituição? Ou apenas estabelecer ferramentas que disciplinem os corpos dos estudantes de **maneira a institucionalização**? De que maneira é realizado o acompanhamento discente na UFRGS? Quais os setores responsáveis por esse trabalho? Os estudantes conhecem os dispositivos de acompanhamento discente instituídos? E se precisarem, sabem a quem recorrer caso necessitem de apoio?

Para expandir a discussão destas questões, a própria questão de pesquisa tem que ser redefinida. Assim, elabora-se a questão de pesquisa para este trabalho:

- **Quais estratégias de acompanhamento discente são utilizadas pelos serviços da UFRGS na prática com os estudantes durante percurso formativo de um curso de graduação?**

Para adentrar melhor nessa pergunta, precisamos primeiro considerar o que há na literatura quanto a está temática. Felicetti e Morosini (2009) analisam a equidade e iniquidade no ensino superior e percebem que medidas de apoio e acompanhamento são fundamentais para promover condições de equidade entre estudantes de diferentes origens socioeconômicas. As autoras destacam que houve um grande movimento para aumentar a acessibilidade ao ensino superior que por si só não é suficiente, sendo necessário a instituição de “políticas voltadas a assegurar o sucesso de grupos de estudantes com as mais diferentes características iniciais, através de (...) acompanhamento objetivando ajudar os alunos com risco de fracasso” (FELICETTI; MOROSINI, 2009, p.13).

Schirmer, Jardim, Sena, Da Rosa, Seixas e Da Costa (2011) destacam que o acompanhamento pedagógico é importante para evitar a retenção e evasão de cursos de Graduação, ao analisar as estratégias adotadas na FURG (Universidade Federal do Rio Grande). Cabe destacar que a evasão é considerada “a postura ativa do aluno

que decide desligar-se por sua própria responsabilidade” (BUENO, 1993), cabendo a identificação se o desligamento é do ensino superior próprio, se é da instituição em que está matriculado, ou ainda se é do curso, em que o estudante pode deixar de se matricular novamente, oficializar a desistência ou ainda optar pela troca de curso. Além dessa definição, vale salientar que a evasão reflete o insucesso de um processo de ensino, aliado a diversas outras situações da vida do estudante, afetando resultados dos sistemas educacionais e gerando desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos, seja no setor público (com recursos públicos investidos sem retorno) ou no setor privado (com perda de receitas), ocasionando também a ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (SLHESSARENKO et al., 2014). Ao analisar a evasão no ensino superior, Silva (2013) destaca que “É possível tomar medidas de caráter pedagógico e de atendimento ao aluno de forma a sanar suas dificuldades no acompanhamento do curso” (p.330).

Ainda, além dos processos de evasão, temos a retenção que é caracterizada quando o estudante encontra dificuldades para dar continuidade ao curso, considerando aqueles que não seguem a seriação adequada, permanecendo após o tempo indicado no currículo para a integralização do mesmo. É importante diferenciar os conceitos de repetição e retenção, que por vezes são utilizados como sinônimos no Ensino Superior:

A reprovação corresponde ao resultado nos exames ou nas avaliações finais que indica que o aluno não teve o desempenho mínimo estabelecido como desejável. A retenção é decorrência dessa reprovação, visto que determina a impossibilidade de o aluno seguir no fluxo normal de uma série a outra. (GIL, 2015, p. 3).

Lima Junior et al. (2019) destaca que há vários fatores que influenciam a retenção, sendo algum deles

[...] a descontinuidade entre as realidades vivenciadas no ensino médio e no superior, o desempenho em disciplinas e o número de reprovações, o trancamento de curso, o desafio de conciliar atividades acadêmicas, profissionais e familiares, a frágil integração social e acadêmica à instituição, entre outros. (p.159).

Com isso, torna-se necessário um olhar para o processo de aprendizagem no ensino de graduação como um todo, além de investigar as razões pessoais, familiares e sociais que levam ao afastamento do ensino superior (SCHIRMER et al., 2011).

No âmbito da UFRGS, há trabalhos apresentados no Salão UFRGS como Bueno e Giustina (2015) e Strack (2014; 2015), entre outros. Bueno e Giustina (2015)

buscaram envolver os docentes e discentes nessa avaliação, promovendo matrícula responsável por parte dos estudantes, porém percebendo a necessidade de modificação de metodologias de ensino e formas de avaliação, além da reorganização das disciplinas e reformulação do currículo do curso. Strack (2014; 2015) apresenta como se dava o acompanhamento discente dos estudantes da graduação em Química, em que era realizado um acompanhamento longitudinal de formação acadêmica e como este foi transformado com a normativa da UFRGS. Outros trabalhos apresentam as estratégias de acompanhamento discente nos cursos de graduação, de maneira a promover uma troca de experiência entre os servidores, frente à instituição da Resolução 19/2011. Destaco estes trabalhos diante dos demais por terem expandido a visão do acompanhamento discente para além do desempenho acadêmico dos estudantes.

## 2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Faz-se pertinente, ademais, situar esta pesquisa no campo da Sociologia da Educação, mais precisamente estudos acerca de trajetórias de estudantes na graduação. Gemaque e Souza (2016) e Oliveira e Barbosa (2016) apontam que no Brasil estudos específicos sobre evasão e retenção começaram a ser mais produzidos a partir de 1995, quando a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) começou a incentivar estudos e seminários da temática. Assim, passou a tratar o tema como necessário frente a expansão da educação superior e financiamento de Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente as públicas. Aos poucos, o foco da discussão passou a ser a própria gestão universitária e melhoria das políticas de educação superior, considerando que

[...] a igualdade de condições para o acesso e a permanência de estudantes na escola é um dos princípios para a oferta do ensino no Brasil, assegurado no art. 206 da Constituição Federal de 1988 e ratificado no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (ARAÚJO, 2013, p. 02).

A partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e demais políticas de ações afirmativas, há estratégias e políticas públicas a fim de promover a ampliação de vagas no ensino superior público, com vistas a reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão social (LAMERS et al., 2017). Com isso, cabe a discussão de que as políticas públicas

educacionais se voltaram para o aumento do acesso e para promover condições de permanência aos estudantes, visando a redução de taxas de evasão e ampliação da assistência estudantil. Em 2010, é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o objetivo de ampliar a permanência dos estudantes, promovendo diversas ações como moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico, entre outros (BRASIL, 2010). Ao invés de analisar o impacto do apoio financeiro para garantir condições de igualdade e garantir a permanência dos estudantes de baixa renda, aqui problematiza-se o programa de acompanhamento discente da UFRGS, frente a oferta de um apoio pedagógico aos estudantes universitários, fator também considerado como variável fundamental para a permanência estudantil no Ensino Superior.

Cumpra assinalar que neste trabalho se utiliza o conceito de permanência compreendido como a trajetória do estudante ao longo do curso de graduação, com vistas a colação de grau, podendo essa trajetória ser no tempo previsto pelo currículo do curso ou ainda, mesmo que tenha tido retenção em determinadas etapas, dentro do tempo disponibilizado pela IES para a conclusão do curso. Muitos estudos determinam que a permanência é resultado de processos multideterminados, multifacetados e longitudinais, baseado nas relações entre as condições pessoais, sociais, relacionais, institucionais, econômicas, contextuais e acadêmicas (ANDRADE e TEIXEIRA, 2017). Com isso, ações isoladas ao combate à evasão têm demonstrado baixa eficácia, principalmente quando consideramos a construção histórica da assistência estudantil. Anterior a PNAES, o foco era o auxílio financeiro para o apoio à moradia, alimentação e transporte. Com a nova política, há dez áreas de atuação, sem orientações específicas de ações a serem desenvolvidas, não indicando de forma mais concreta programas e indicadores de avaliação.

Segundo Lima Junior et al. (2019), com a expansão do acesso à educação superior, é necessário a garantia de condições que contribuam com a permanência dos estudantes do ingresso à formatura, sendo fundamental a discussão dos conceitos de evasão e retenção, que não são fenômenos recentes mas ganharam projeção e importância frente à expansão da educação superior no Brasil. Percebe-se que, com o aumento de ingresso após os anos 1990, e como os indicadores oficiais comprovam, o número de estudantes evadidos assumiu magnitude considerável. Podemos analisar isso frente aos dados disponíveis pelo Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes aos Censos de Educação Superior de 2005 e 2020.

Na Tabela 1, apresentada abaixo, comparamos os dados de matrículas, cursos e concluintes disponíveis pelo Censo de 2005 e 2020. Pudemos perceber que o número de matrículas mais que dobrou no Brasil, com a ampliação de número de cursos que foi triplicada no período. Porém, o mesmo aumento não é percebido quanto ao número de concluintes. Ainda, a Região Sul apresenta esse aumento considerável de matrículas e cursos, superior ao aumento verificado nas taxas do país. No entanto, percebemos que há um aumento considerável de concluintes no Brasil, mas que não reflete o aumento percebido nas matrículas e nos cursos, refletido na Região Sul que não apresenta muito esse aumento tão significativo. Ainda, analisando as IES do Rio Grande do Sul, o número de concluintes não reflete o aumento das matrículas de forma ainda mais acentuada, com exceção Universidade Federal de Ciências de Saúde de Porto Alegre e Fundação Universidade Federal do Pampa.

Tabela 1 - Número de Concluintes, Cursos, Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais – 2005 e 2020

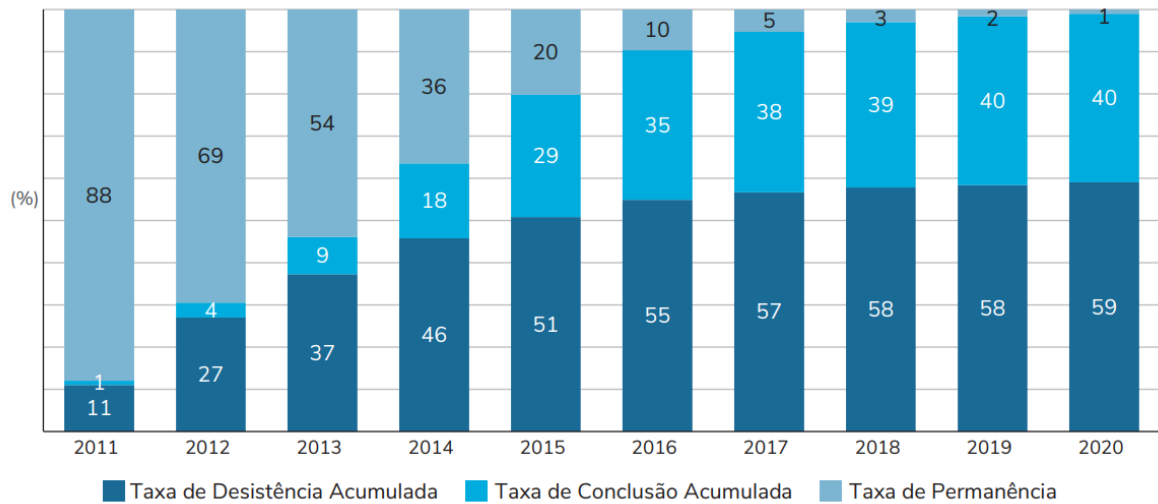
Região / Instituições Federais	Concluintes		Cursos		Matrículas	
	2005	2020	2005	2020	2005	2020
<b>Brasil</b>	86.011	108.261	2.449	6.410	579.587	1.175.189
<b>Sul</b>	14.176	17.173	392	1.232	95.836	223.513
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2.731	2.874	65	90	21.001	32.928
Universidade Federal de Pelotas	1.273	1.342	32	96	7.324	16.028
Universidade Federal de Santa Maria	1.959	1.617	49	114	10.840	20.616
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	799	869	38	61	6.192	8.551
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	91	355	3	16	638	2.751
Fundação Universidade Federal do Pampa	-	884	-	66	-	8.881

Fonte: MEC/INEP

Ainda, no Censo da Educação Superior (2020), foi realizada um acompanhamento longitudinal dos estudantes ingressantes de cursos de graduação em 2011 até o encerramento de seu vínculo, seja com a conclusão ou desistência no mesmo curso de entrada. No Gráfico 1, é apresentada a taxa de permanência - quanto dos alunos continuam com um vínculo ativo no seu curso de ingresso-, a taxa de conclusão - quantos dos alunos se formam no seu curso de ingresso-, e a taxa de desistência - quando o estudante desiste do seu curso de ingresso, podendo ser por transferência ou outro meio. Pode-se perceber que a taxa de desistência acumulada

é superior a metade do ingressante, o que pode ser visto ao analisar que mais da metade dos ingressantes desistiu do seu curso de ingresso, dimensionando a problemática da evasão no período atual.

Gráfico 1 – Evolução da média ponderada dos indicadores de trajetória dos ingressantes em cursos de Graduação de 2011 a 2020 - Brasil



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2020

Ainda, há uma questão relevante a ser analisada quanto aos indicadores oficiais do INEP. Dentro dos indicadores oficiais, que avaliam o ingresso e a conclusão dos cursos de graduação semestralmente, está presente o estudante retido que por sua vez não é analisado, pois o mesmo não concluiu o curso no tempo curricular. Nesse sentido, Lima Junior et al. (2019) propõem uma análise diferenciada e longitudinal dos estudantes matriculados, de maneira a identificar a real situação das IES, considerando que há um público mais diversificado ingressando, como filhos de famílias que nunca foram à universidade, estudantes trabalhadores e/ou ainda discentes com responsabilidades familiares. Esta proposta fundamenta-se na ideia de que as taxas de evasão não podem ser tomadas como indicadoras de sucesso ou fracasso na graduação, pois a retenção seria mais sensível à inequidade do estudante frente à origem socioeconômica e às dificuldades educacionais.

Com essa discussão é possível perceber que a concepção das políticas públicas educacionais está focada mais nos aspectos financeiros e de inequidade socioeconômica, não articulando medidas de acompanhamento discente que objetivem a permanência, sem conseguir, ademais, abranger as realidades próprias de cada IES. Silva et al. (2018) analisou as estratégias para combater a evasão,



percebendo a efetividade de orientação aos estudantes no ato da matrícula, atividades de integração acadêmica e social do discente ao ambiente universitário, aproximação da coordenação do curso aos estudantes, auxiliando com a determinação de metas para cada discente com vistas a conclusão do curso. Andrade e Teixeira (2017) destacam que os serviços de apoio ao estudante devem promover condição para auxiliar o estudante no planejamento do curso e futuro, de maneira a estabelecer prazos de médio e longo prazos de acordo com a realidade para auxiliar estudantes em vulnerabilidade social a concluir o curso.

Ferreira (2014) também destaca que as práticas em ambiente escolar podem ser afetadas tanto por elementos intra e extraescolares, ao analisar o impacto de novas Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos sociais. Santos (2018) analisa que toda a incorporação de novas tecnologias no ambiente educacional enfrenta resistência, frente a relação que se estabelece entre tecnologia e ensino. Aponta que se os artefatos técnicos por vezes são vistos como fatores que desconfiguram o processo de aprendizagem, mesmo quando são as práticas e as relações sociais, estruturais e institucionais que ressignificam os processos educacionais. Assim, considerando a situação emergencial de saúde, levanta-se o questionamento sobre a transformação das práticas de acompanhamento discente durante a implementação do ERE, buscando avaliar as estratégias e práticas estabelecidas pelos servidores da universidade no apoio aos estudantes.

## 2.2 NORMATIVAS DA UFRGS

Por este prisma, cabe revisar as normativas existentes e que orientam as práticas os cursos de Graduação, - como as Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão 11/2013 e 19/2011, assim como a Instrução Normativa 04/2021 promulgadas pela Vice-Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Ensino. Analisando o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Resolução 11/2013 estabelece as normas básicas da graduação, que prevê todo o funcionamento da graduação na UFRGS. Essa Resolução é ampla, abrangendo diversos aspectos essenciais para o funcionamento da graduação, como o estabelecimento do calendário acadêmico único a todos os cursos, as formas de ingresso, o vínculo e a matrícula, o regime didático, a diplomação e a colação de grau, as licenças e afastamentos acadêmicos, entre outros vários temas. Importante nessa

Resolução é a criação do sistema de ensino próprio para a UFRGS, com diversas ferramentas e funcionamento que atendem todo o público da graduação da UFRGS. Quanto ao acompanhamento discente, a Resolução 11/2013 estabelece alguns conceitos importantes quanto ao desempenho, sendo eles:

- II - CTC: Créditos Totais do Curso: a soma dos créditos obrigatórios, eletivos, complementares e dos créditos convertidos do currículo do curso;
  - III - CID: Créditos Integralizados pelo Discente: a soma dos créditos obrigatórios, eletivos, complementares e dos créditos convertidos, integralizados pelo discente desde o ingresso no seu curso atual;
  - IV - TIM: Taxa de Integralização Média: número de Créditos Totais do Curso (CTC) divididos pelo número de etapas da seriação aconselhada;
  - V - TIMD: Taxa de Integralização Média do Discente: Créditos Integralizados pelo Discente (CID) divididos pelo número de matrículas realizadas desde o ingresso no seu curso atual;
- Res. nº 11/2013 fl. 18

Estas taxas apresentadas afetam diretamente a vida discente na UFRGS. A Taxa de Integralização Média (TIM) do curso é um número fixo do currículo, que soma todos os créditos do currículo e divide por etapas do currículo, ou seja, é um número previsto de créditos por etapa. A Taxa de Integralização Média do Discente (TIMD) soma os créditos aprovados do estudante e divide por número de matrículas já realizadas, sem contabilizar trancamentos e afastamentos. Essas duas taxas são usadas para análise da seriação de estudantes para algumas bolsas e estágios, sendo ideal a TIMD estar igual ou maior que a metade da TIM do curso. Caso o estudante esteja com a TIMD abaixo da metade da TIM do curso, é necessário um acompanhamento na COMGRAD para que se faça um Plano da Recuperação da TIM. A bolsas de auxílio estudantil, conhecidas como bolsas trabalho, bolsas permanência ou ainda bolsas aperfeiçoamento, são gerenciadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e também utilizam esse critério em seu funcionamento. As servidoras da divisão de benefícios da PRAE fazem reuniões de acompanhamento discente com todos os alunos que tem a TIMD inferior a metade da TIM, vinculando esse acompanhamento, planejamento e orientação ao recebimento do benefício.

Por sua vez, a Resolução 19/2011 estabelece as normas para acompanhamento do desempenho discente, criando estratégias quanto à “quantidade de atividades de ensino matriculadas, a matrícula com aconselhamento da Comissão de Graduação e o desligamento por jubramento”. A própria Resolução atenta que os dispositivos previstos têm como objetivo:

- (I) induzir o discente a fazer a matrícula responsável, que é o ato de matricular-se somente em atividades de ensino às quais julga que pode efetivamente dedicar-se e nelas obter aprovação, e  
 (II) contribuir para a melhoria do desempenho do corpo discente da Universidade.  
 Res. nº 19/2011 fl. 2

Para isso, institui o mecanismo de “Controle de Matrícula”, que estabelece um limite de créditos para a matrícula do próximo semestre se o estudante, em um determinado semestre, tiver reprovações em duas ou mais atividades de ensino. Este limite será estabelecido frente ao maior valor dentre os seguintes critérios:

- I - número de créditos aprovados no semestre anterior;  
 II - média dos números de créditos aprovados nos últimos dois semestres do curso atual;  
 III - metade da Taxa de Integralização Média (TIM) do currículo.  
 Res. nº 19/2011 fl. 3

Ainda, é orientado a todos os discentes, que entram em Regime de Observação de Desempenho (ROD), realizar uma matrícula com aconselhamento da Comissão de Graduação. Para explicar o ROD, **é necessário compreender que o sistema de avaliação estabelecido pela Resolução 11/2013**. Os alunos, após o término das atividades de ensino, podem ser aprovados com conceitos A, B e C, correspondendo respectivamente a um aproveitamento Ótimo, Bom ou Regular, ou ainda podem ser reprovados com os conceitos D e FF. O conceito D é atribuído por desempenho insatisfatório, não tendo atingido os objetivos da aprendizagem daquela atividade de ensino, enquanto o conceito FF é indicado para o aluno que não obteve a frequência mínima 75% da carga horaria prevista para aquela atividade de ensino. Ainda, o ROD é calculado levando em **consideração** o Número de Créditos Aprovados (NCA) e Coeficiente de Desperdício (CD), apresentados abaixo:

Art. 3º Número de Créditos Aprovados (NCA), em um dado período, é o somatório dos créditos referentes a atividades de ensino aprovadas, nesse período.

Art. 4º Coeficiente de Desperdício (CD), em um dado período, é o somatório dos créditos referentes a atividades de ensino reprovadas, nesse período, multiplicados pelos pesos relacionados a seguir:

- I - Peso 1 (um) para conceito D ocorrido pela primeira e segunda vezes numa mesma atividade de ensino;  
 II - Peso 1,5 (um vírgula cinco) para conceito D ocorrido da terceira vez em diante em uma mesma atividade de ensino;  
 III - Peso 2 (dois) para conceito FF ocorrido pela primeira e segunda vezes numa mesma atividade de ensino;  
 IV - Peso 3 (três) para conceito FF ocorrido da terceira vez em diante numa mesma atividade de ensino.  
 Res. nº 19/2011 fl. 2

Com estas noções, ao final de cada semestre cursado são realizadas avaliações de desempenho, que comparam o CD com o NCA do estudante, antes da matrícula para o próximo semestre. O estudante entrará em Regime de Observação de Desempenho sempre que uma avaliação de desempenho verificar que seu CD é maior que o NCA e sairá deste regime quando o seu CD for menor ou igual ao NCA. Assim, cabe a COMGRAD estabelecer normas quanto à regulamentação sobre a orientação de matrícula, bem como outras medidas de acompanhamento para estudantes que se encontram em controle de matrícula e em regime de observação de desempenho.

Por fim, prevê o desligamento por insuficiência por desempenho e por jubramento, que foram suspensas devido a liminar judicial já apresentada. Porém, muitos alunos desconhecem que o jubramento foi suspenso também, assim é importante que se apresente a regra. O desligamento por jubramento ocorria quando os estudantes que atingirem o prazo máximo para a conclusão de seus cursos, tendo em vista que esse prazo é duas vezes o tempo previsto para a conclusão do currículo do curso. Logo, se um estudante está em um curso de 8 semestres (4 anos), o prazo máximo para o jubramento será de 16 semestres (8 anos).

A Resolução 25/2020<sup>5</sup> foi necessária para estabelecer o Ensino Remoto Emergencial (ERE), de maneira a criar mecanismos de ensino em toda a Universidade enquanto permanecer em situação emergencial de saúde. Essa normativa foi aprovada no CEPE em 27 de julho de 2020, após a suspensão das aulas desde março de 2020 devido a situação pandêmica da COVID-19, tendo ficado em vigência para os semestres letivos de 2020/1, 2020/2, 2021/1 e 2021/2. A Resolução prevê que todos os órgãos, em articulação com as Comissões de Graduação, proponham estratégias para a continuidade das atividades letivas ainda que de modo remoto. Prevê também a realização do acompanhamento discente com o objetivo a viabilizar a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiências e em situação de vulnerabilidade social ao ERE. Além disso, enquanto perdurar a situação emergencial de saúde, prevê que não será contabilizado a matrícula os períodos letivos em ERE, referente ao cálculo da TIMD e no número total matrícula a fim de não impactar para o cálculo do jubramento, assim como não será aplicado o controle de matrícula

---

<sup>5</sup> Possível de ser acessado pelo endereço eletrônico:

<https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2022/07/Res-025-Ensino-Remoto-Emergencial-ERE-versao-pagina-1a-Alteracao-Versao-Pagina-WordPress-.pdf>

durante o ERE, porém não paralisa o cálculo do NCA e CD, não afetando os estudantes em ROD. O desempenho do estudante nos semestres letivos que foram ministrados de forma remota não deve ser considerado para a avaliação dos Planos de Recuperação da TIM vigentes ou ser impeditivo para planos novos firmados durante os semestres emergenciais.

Para ilustrar os mecanismos estabelecidos pelas normativas apresentadas, vou exemplificar com uma situação ficcional. Para isso, iremos analisar uma situação de um estudante calouro que ingressou em 2018/1 no curso de Bacharelado em Ciências Sociais. O currículo do curso em 2020 tem um total de 160 créditos totais do curso (CTC) a ser cursado em 8 etapas, e para essa situação, não irá se considerar as alterações curriculares pelas quais o curso pode ter passado nesse período, de modo a exemplificar os mecanismos normativos analisados.

Tabela 2 – Avaliação de desempenho fictícia

<i>Período letivo</i>	Total de matrículas	CID	TIM	TIMD	Número de disciplinas matriculadas	NCA	CD	Situação
<b>2018/1</b>	1	16	20	16	4	16	0	Aprovou em todas as 4 disciplinas da etapa 1
<b>2018/2</b>	2	20	20	10	4	20	12	Aprovou em 1 disciplina e reprovou com D em 3 disciplinas <b>CONTROLE DE MATRÍCULA</b>
<b>2019/1</b>	3	28	20	9,33	3	28	20	Matriculou novamente nas 3 disciplinas da etapa 2, passou em 2 e reprovou com FF em 1
<b>2019/2</b>	4	32	20	8	1	32	20	Aprovou na disciplina da etapa 2 que tinha repetido 2 vezes antes.
<b>2020/1 – ERE</b>	4	32	20	8	4	32	34	Matriculou nas 3 disciplinas da etapa 3 e uma eletiva de 2 créditos e reprovou com D em todas <b>REGIME DE OBSERVAÇÃO DE DESEMPENHO</b>

Fonte: Elaboração própria.

Cabe destacar que a disciplinas da tabela acima, quando não especificadas, possuem 4 créditos cada, sendo importante para a análise da tabela. Logo, podemos analisar que no primeiro semestre o estudante conseguiu aprovar em tudo, mantendo um ótimo TIMD e NCA. No segundo semestre, ele teve maiores dificuldades, reprovando em 3 disciplinas, ou seja, automaticamente está em controle de

desempenho. E ainda, reprovou com D, o que multiplicou os créditos pelo o peso 1, elevando o CD dele, mas ainda não ultrapassou o NCA.

A TIMD do estudante em 2018/2 diminuiu, mas ainda está acima da metade da TIM do curso, não prejudicando o estudante para a obtenção de bolsas e estágios. A partir de 2019/1, percebe-se que a TIMD permanece em queda, mesmo com o aumento de créditos aprovados que se pode analisar pela CID, pois a TIMD é calculada dividindo o CID pelo número de matrículas, tendo que ter um aumento substancial em contrapartida do aumento do divisor. Com a TIMD abaixo da metade da TIM do curso, o estudante tem que fazer planos de recuperação da TIM com a universidade para buscar bolsas e estágios.

Ainda em 2019/1, o estudante reprovou com FF, tendo o CD aumentado em 8 pontos, devido ao peso de 2 para cada crédito pelo conceito atribuído. Em 2019/2, o estudante decidiu fazer apenas uma disciplina que já tinha reprovado anteriormente para completar a etapa 2 do currículo, não aumentando o CD. Na matrícula de 2020/1, tinha decidido fazer as 3 disciplinas obrigatórias e uma disciplina eletiva de 2 créditos. Porém com a adoção do ERE e da situação emergencial de saúde, o estudante se esqueceu de fazer a exclusão de matrícula, reprovando nas 4 disciplinas. Com a adoção do ERE, o estudante não entra em controle de matrícula devido a suspensão dele, mas entrou em ROD, devendo fazer as próximas matrículas com acompanhamento da COMGRAD. Ao analisar o TIMD, percebemos que ele não foi alterado pelo congelamento do número de matrículas durante o ERE.

Frente a esta situação fictícia, cabe a análise que, ao estabelecer estas normativas, a UFRGS define como compreende o acompanhamento discente, a fim de evitar a retenção e evasão, estabelecendo dispositivos de controle para os estudantes nela matriculados. Ao analisar o acolhimento, a permanência e o acompanhamento dos estudantes, é necessário ressaltar que a estrutura da UFRGS possui várias frentes de atuação. Os próprios cursos de graduação possuem COMGRADs, responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes matriculados nos seus cursos. As unidades a que estas estão vinculados normalmente possuem um corpo técnico que apoia as atividades da graduação, sendo organizados em secretarias ou núcleos acadêmicos. Ainda, a PRAE possui um corpo técnico que faz o acompanhamento dos estudantes que possuem benefícios de assistência estudantil, conforme determinado pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), além do Instituto de Psicologia que possui programas em que estudantes,

técnicos e professores atendem o público discente, com o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) vinculado ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (CIPAS).

Em 2021 foi estabelecida a Instrução Normativa 04/2021<sup>6</sup> da PROGRAD/PROENS, em que foi instituído um Programa de Acompanhamento Discente, Incentivo a Permanência e Redução da Evasão (#ACOMPANHA) nos cursos de graduação da UFRGS, conforme previsto na Resolução 19/2011. Aqui, cabe destacar uma atenção fundamental as definições destacadas abaixo:

- I – Acompanhamento discente como um conjunto de ações e políticas envolvendo discente, servidores técnicos e docentes, que viam a acompanhar de forma longitudinal o público discente em proveito do sucesso acadêmico, assim como ampliar seu bem-estar enriquecendo experiência, formação, orientação de estudos e de carreira e, em consequência, ampliar a contribuição social da Universidade;
  - II – Permanência como a manutenção pelo estudante do vínculo com o seu curso;
  - III – Evasão de curso como o encerramento do vínculo do estudante antes da conclusão do curso;
  - IV – Evasão da instituição como encerramento do vínculo do estudante com a Universidade;
  - V – Retenção como o prolongamento do tempo em que o estudante permanece vinculado ao curso, sem a integralização efetiva do curso no seu tempo previsto;
- Instrução Normativa 04/2021

Com estas definições em mente, analisa-se que a Instrução Normativa busca promover subsídios para os setores da Universidade para acompanhar as trajetórias discentes, monitorar as informações e indicadores acadêmicos de cada curso. Seu objetivo visa diminuir a evasão e ampliar o bem-estar discente, enriquecendo a sua experiência acadêmica, favorecendo uma formação de qualidade e orientação de estudos e para a carreira escolhida. Com isso, busca-se identificar os fatores ligados a evasão, retenção e permanência, ao mesmo tempo que procura avaliar e mitigar os efeitos promovidos por situações extraordinárias que possam comprometer o planejamento das atividades acadêmicas como, por exemplo, a situação emergencial de saúde. Comparativamente, analisamos normativas de outras IES do Rio Grande do Sul (RS) para ter panoramas de políticas de acompanhamento discente.

---

<sup>6</sup> Possível de ser acessado pelo endereço eletrônico:

<https://www.ufrgs.br/prograd/wp-content/uploads/2021/04/INSTRU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-004.2021-PROGRAD-PROENS-UFRGS-1.pdf>

## 2.3 NORMATIVAS DE OUTRAS IES DO RS

De maneira a avançar na problemática, revisamos as normativas de outras Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul (RS). Além da UFRGS, o estado possui as 5 IES, sendo elas: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). O levantamento das normativas foi feito pelo site das IES e mediante solicitação na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.Br, e dessa forma se destaca que o acesso aos dados se deu de forma desigual frente ao acesso dos dados fornecidos nos sites e pela plataforma Fala.Br.

### 2.3.1 Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

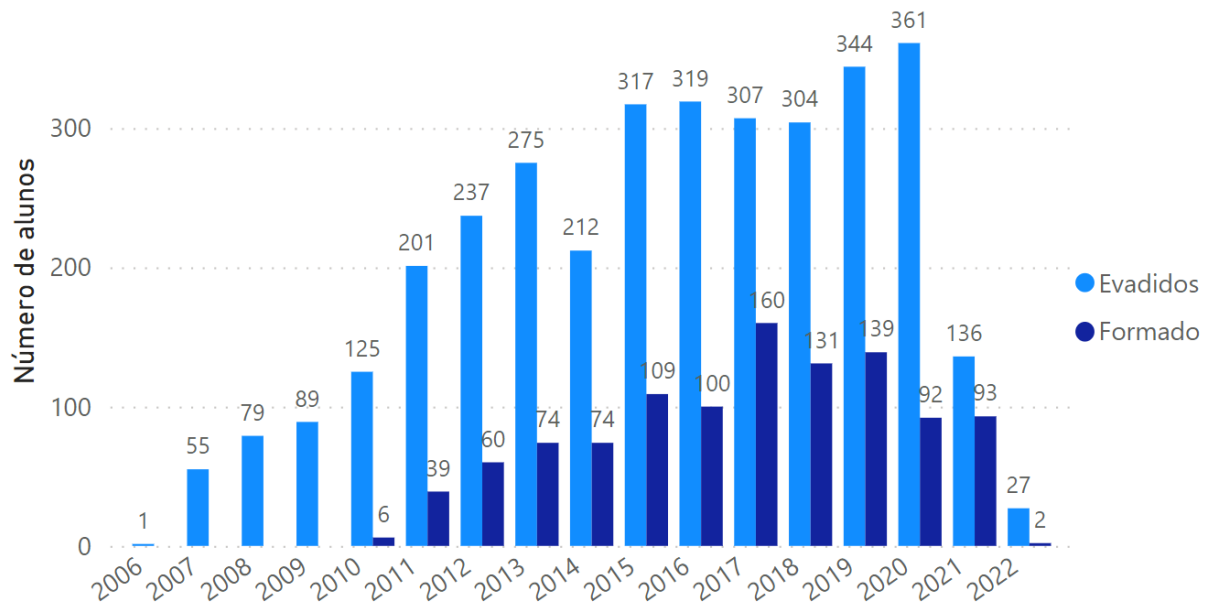
A UNIPAMPA tem trabalhado esta questão há alguns anos. Na própria organização da UNIPAMPA, destaca-se a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários que trabalha com o Programa de Apoio Social e Pedagógico. Este programa busca fomentar alternativas para ampliar as condições de permanência dos acadêmicos com a adoção de estratégias de acompanhamento sócio pedagógico, tais como: orientações gerais sobre a vida universitária e sobre o acesso aos programas e benefícios de assistência estudantil; fornecimentos de materiais pedagógicos; monitorias; organizações de grupos de estudos; acompanhamento prévio a atividades avaliativas; apoio para planejamento de estudos; orientações sobre hábitos e rotinas de estudos e organização da vida acadêmica; entre outros. Este programa foi criado de maneira integrada, com apoio de servidores de setores da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, da Pró-Reitora de Graduação e do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade.

No entanto, antes de alguma normativa específica quanto ao acompanhamento discente, houve a criação de uma Comissão Especial para Acompanhamento da Evasão e Retenção, em que começaram um trabalho de sistematização dos bancos de dados institucionais. Desde então, tem sido realizado um trabalho intenso de coleta, tratamento e disponibilização de dados às unidades universitárias (que incluem pesquisas qualitativas sobre a evasão, perfil do discente, etc.). Alguns dados estão



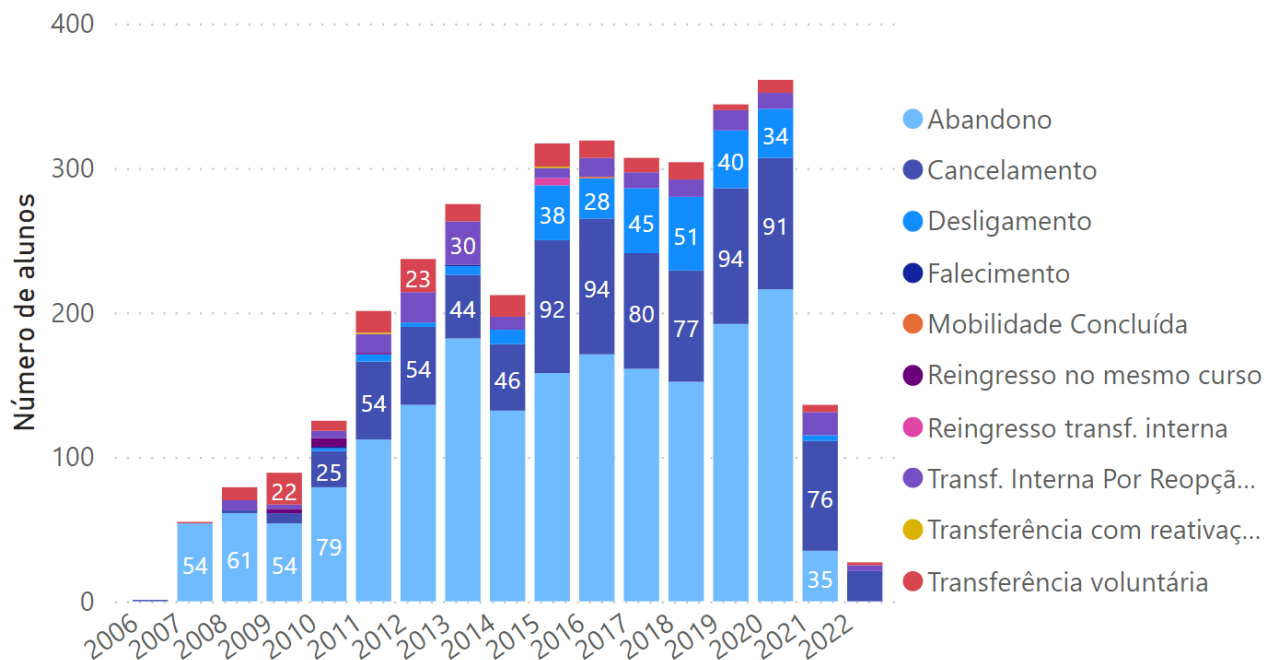
disponíveis no próprio site da Universidade, e a seguir destacamos os números de alunos formandos e evadidos, analisados comparativamente dentro do público alvo da IES e as formas de evasão conhecidas desses.

Gráfico 2 – Número de alunos formandos e evadidos por ano na UNIPAMPA



Fonte: Site da UNIPAMPA.

Gráfico 3 – Número de alunos por forma de evasão por ano na UNIPAMPA



Fonte: Site da UNIPAMPA.

Com base nestes dados, a UNIPAMPA aprovou a Resolução do Conselho Universitário 300/2020 que estabelece o Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Retenção e Evasão. Com orientações para incidir sobre a evasão e retenção, foram criados diversos grupos de trabalho multidisciplinares, organizados nas unidades e de forma institucional, a fim de discutir e propor ações para acompanhamento discente. Ainda, este programa pretende produzir informações e dados a fim de subsidiar as ações relacionadas às temáticas, assim como garantir a realização de ações permanentes que visem à diminuição da evasão e retenção, integrando os diversos órgãos e setores da IES e envolvendo toda a comunidade acadêmica na temática. Aliado a isso, prevê a identificação e promoção de boas práticas já existentes, assim como o monitoramento e avaliação das ações realizadas.

A Resolução ainda estabelece diferentes ações de enfrentamento ao problema, com a definição de eixos de ação diversos, sendo eles: a) formação e qualificação docente; b) ingresso na graduação; c) orçamento; d) pesquisas, dados e relatórios; e) Projetos Pedagógicos Curriculares; f) relação com a comunidade, e g) saúde e qualidade de vida. Estas ações foram definidas frente a prazos de implantação, podendo ser de curto, de médio ou de longo prazo. Ainda, cada eixo de ação fica sob responsabilidade de determinados setores da universidade. Aqui, cabe destacar algumas ações específicas, sendo elas:

- Criação de programa institucional para o acolhimento aos estudantes ingressantes e familiares.
- Garantir que a metodologia de acompanhamento de evadidos (abandonos, trancamentos, cancelamos e transferência), implementada em 2019, seja continuada, a fim de que haja dados obtidos de forma longitudinal.
- Implementação de notificação automática, quando o aluno começa a mostrar sinais de infrequência, avisando o próprio aluno, o NuDE<sup>7</sup> e o docente.

---

<sup>7</sup> O Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) integra a estrutura organizacional da Unidade Universitária da UNIPAMPA, com a perspectiva do desenvolvimento das ações relativas a assistência estudantil, assuntos comunitários, apoio pedagógico e com o suporte a inclusão e acessibilidade, com uma equipe multiprofissional, constituída por Pedagogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, podendo, ainda, contar com o trabalho de outros profissionais. O NuDE compõe a Coordenação Acadêmica de cada um dos campi da UNIPAMPA, a qual compete a gestão administrativa e condução à execução das atribuições do setor, articulando ações com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, a Pró-Reitora de Graduação, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade e os demais setores afins.

- Criação de programa para aconselhamento e orientação aos alunos, nos modelos de tutoria ou mentoria.

Com a instituição do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Retenção e Evasão, a UNIPAMPA cria uma estrutura descentralizada, não vinculado a uma Pró-Reitoria específica, de maneira a promover um esforço institucional para atender a demanda. Com isso, é feito um planejamento amplo, com metas diversas, com orientações claras das demandas de cada setor.

### **2.3.2 Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**

Ao analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2022 a 2026 da Universidade Federal de Pelotas, encontra-se como objetivos estratégicos: a) Fortalecer as políticas de acesso, inclusão e permanência dos estudantes, de modo a propiciar o bom andamento e combater a evasão e retenção; b) Criar mecanismos de atenção à permanência de alunos não contemplados por benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis por falta de recursos. Ambos os objetivos apresentam ações e metas relacionadas a evitar a evasão e retenção, com a criação de relatórios de evasão dos cursos de graduação, identificar as disciplinas com altos índices de retenção e as suas causas e incentivar ações de reforço acadêmico em áreas de conhecimento que tem elevadas taxas de reprovação e evasão. Ainda, há a previsão da criação de um comitê em cada unidade acadêmica para acompanhamento dos estudantes que, devido à falta de recursos, não foram contemplados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Ainda, quanto aos objetivos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, está prevista a criação de um programa de acompanhamento pedagógico que tenha como objetivo aumentar o aproveitamento acadêmico dos estudantes, a ser voltado principalmente aos estudantes com transtorno do espectro autista, deficiência, indígenas e quilombolas que apresentem dificuldades de aprendizagem. Isto se relaciona a atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis através no Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente, em que trabalha com os Programas de Acompanhamento, Apoio Psicossocial e Pedagógico aos discentes da UFPel, prioritariamente aos bolsistas dos programas de auxílios e benefícios.

Junto com a Coordenação de Permanência, o Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente criou o Programa Institucional de Apoio Pedagógico, que possui a característica de ofertar oficinas e encontro grupais, assim como salas de apoio pedagógico para diferentes formatos de estudos e diversos temas, conforme demanda apontada pelos estudantes. E com sua equipe interdisciplinar oferece também atendimento individual, relacionado a questões ligadas à saúde mental, à aprendizagem e ao bem-estar do estudante.

Para dimensionar o público a ser atendido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, foi elaborada a Resolução 25/2021 do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão a fim de regulamentar as ações de acompanhamento de rendimento acadêmico e permanência nos Programas de Auxílio Estudantil. Com avaliação semestral, avalia-se constantemente o tempo que o estudante leva para concluir o curso e o prazo de permanência nos programas de auxílio estudantil, considerando a frequência nas aulas, número de disciplinas cursadas, a melhora no desempenho acadêmico, entre outros critérios. Esta resolução tem o intuito de acompanhar melhor a trajetória acadêmica dos alunos atendidos, a fim de orientá-los quanto a conclusão dos cursos a que estão vinculados. Caso o estudante tenha um índice de integralização inferior a 70%, o mesmo deve justificar os motivos para o baixo rendimento, que será avaliado quanto a manutenção dos benefícios mediante compromisso de participação em Grupos de Estudos.

Ainda, conforme informado pela Pró-Reitoria de Ensino, a UFPel possui um programa de permanência e qualidade acadêmica que visa mapear os índices de evasão e retenção na Universidade, identificando as prováveis causas na busca da construção de ações para a sua reversão. Uma das ações do referido programa é a concessão de bolsas de ensino para os cursos que apresentaram propostas para o enfrentamento da evasão, com a participação ativa dos estudantes na construção de alternativas.

### **2.3.3 Universidade Federal de Rio Grande (FURG)**

Na Fundação Universidade Federal de Rio Grande, há a Deliberação 060/1999 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que regulamenta as normas quanto a jubilação. A mesma prevê que “por insuficiência de rendimento acadêmico, não será renovada a matrícula de estudante que ultrapassar o prazo máximo de integralização

curricular”. Para implementação da medida, é previsto que a Administração Acadêmica envie ao final de cada período letivo uma relação dos estudantes a cada Comissão de Curso, que deve abrir um processo individual para verificação de jubilação, enviada a cada estudante para manifestação em até 10 dias. Passando o prazo, a Comissão do Curso decidirá por escrito e fundamentadamente sobre a renovação da matrícula, cientificando o estudante quanto a sua decisão.

Ainda, a FURG criou em 2010 o Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante, através da Deliberação 157/2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, com objetivo de combate à retenção e evasão, visando o desenvolvimento pleno do estudante universitário. O Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante se estrutura em três subprogramas: apoio pedagógico, formação ampliada e assistência básica. O primeiro visa promover a melhora do desempenho acadêmico do estudante por meio de ações específicas para melhorar o processo educativo do estudante, sendo uma das ações previstas as Monitorias Acadêmicas. As Monitorias Acadêmicas são atividades de ensino desempenhadas por estudantes de graduação que contribuem no desenvolvimento do processo de ensinar e de aprender, de maneira a tentar evitar a retenção dos estudantes.

O subprograma de formação ampliada busca integrar os estudantes a universidade ao promover ações que contribuam com a ampliação da formação acadêmica, como a participação de outras atividades de ensino, pesquisa, extensão, representação estudantil, cultura e esporte. Com base no edital conjunto de circulação interna, são apoiadas ações que visam enfrentar a evasão e retenção, cujas propostas auxiliem nos processos formativos, como cursos de apoio pedagógico, grupos de estudo, atividades de tutoria, entre outras atividades.

Aliado ao Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis desenvolveu o Programa de Acompanhamento e Apoio Pedagógico ao Estudante, com o intuito de aprimorar e qualificar os espaços, tecnologias e ações pedagógicas, interativas e afirmativas, visando à promoção de equidades e justiça social na formação acadêmica, de modo a promover o enfrentamento das questões que podem culminar em processos de retenção e evasão na FURG. Ao propor atividades de integração pedagógica, oportuniza atendimentos individuais, orientações educacionais, encaminhamentos multiprofissionais, construção de planejamento de estudos, mediação de situações, entre outras ações decorrentes de diferentes relatos apresentados pelos acadêmicos no espaço de

escuta que constitui um acompanhamento pedagógico. Ainda, este programa possui 3 linhas de atuação, sendo elas: a linha afirmativa, que visa a promoção de igualdade de oportunidade a todos na Universidade; a linha mediadora, que promove ações de reforço acadêmico com conteúdos escolares da Educação Básica de modo a melhor desenvolver os conhecimentos do Ensino Superior, e por fim, a linha de formação ampliada, que oportuniza aos estudantes formação complementar nas áreas de interesse do estudante.

Ainda, desde 2019, foi instituída uma comissão de enfrentamento a evasão e retenção nos cursos de graduação da FURG que estuda e propõe mecanismos para impulsionar ações de apoio pedagógico a fim de qualificar continuamente os processos educativos dos cursos de graduação, otimizando a sua ocupação e vagas.

#### **2.3.4 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**

A Universidade Federal de Santa Maria possui duas normas referentes ao acompanhamento pedagógico, sendo elas a Resolução 33/205 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Instrução Normativa 01/2016 da Pró-Reitoria de Graduação da UFSM. A primeira regulamenta o processo de acompanhamento pedagógico e cancelamento de matrícula e vínculo da UFSM, e a segunda detalha os procedimentos referentes a este processo.

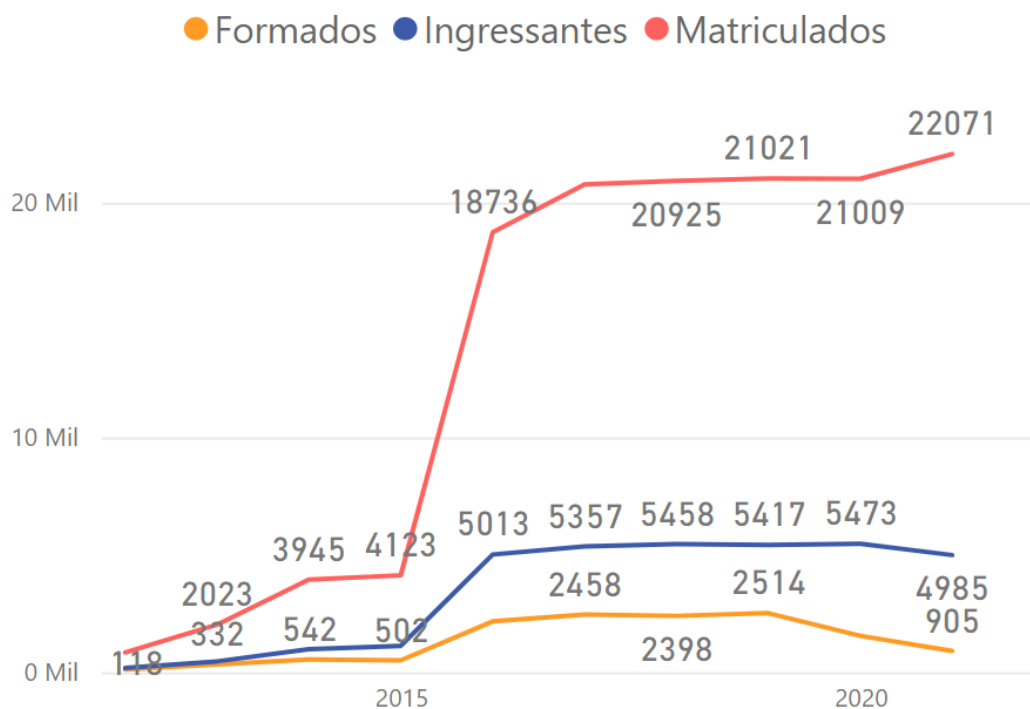
No momento de ingresso, os ingressantes de cada curso devem ser cientificados dos prazos de integralização curricular. Assim que o estudante tenha ultrapassado o tempo de integralização curricular regular, será encaminhado para elaboração de um Plano de Acompanhamento Pedagógico para Coordenadoria de Ações Educacionais, subunidade administrativa vinculada à Pró-Reitoria de Graduação. O Plano de Acompanhamento Pedagógico é um plano de trabalho construído a partir de uma avaliação inicial do processo de aprendizagem do aluno, em que se desenvolve uma estratégia de ação que pode envolver apoio psicológico, psicopedagógico, de educação especial, de terapia ocupacional, entre outros relacionados ao atendimento multidisciplinar. As Coordenações dos Cursos podem ainda indicar alunos próximos ao término do prazo para integralização do curso para um Acompanhamento Pedagógico Prévio. Caso o discente não consiga concluir o curso no prazo estipulado pelo Plano de Acompanhamento Pedagógico, a decisão de

desligamento do aluno será decidida pelo Colegiado do Curso de Graduação, que enviará decisão ao aluno cabendo recurso a decisão para então a mesma ser acatada.

Com a reestruturação da Pró-Reitoria de Graduação mediante a Resolução 41/2021 aprovada pelo Conselho Universitário, além da Coordenadoria de Ações Educacionais, a Coordenadoria de Planejamento Acadêmico também tem como competência: avaliar e dar os encaminhamentos necessários relacionados a evasão e implementar ações voltadas ao controle da vida acadêmica, de modo a impactar positivamente na redução dos índices de evasão e retenção. Com isso, a Pró-Reitoria de Graduação tem buscado realizar reuniões sistemáticas com as Direções de Unidades, Coordenações e Secretarias de Cursos, objetivando trabalhar e apresentar estudos sobre a evasão nos cursos de graduação da UFSM.

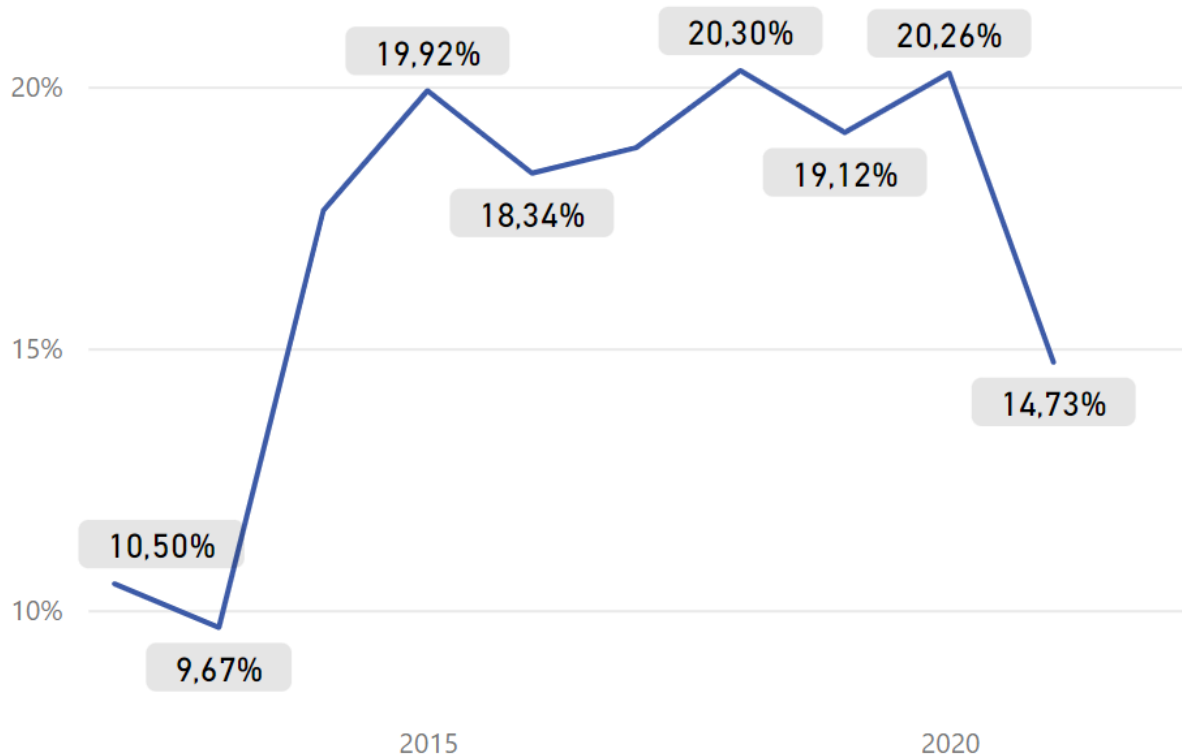
Foi ainda lançado o projeto e aplicativo “INTEGRA” que tem a finalidade de estimular a permanência e reduzir a evasão, com o compromisso de acompanhar a vida dos estudantes da UFSM desde o seu ingresso ao seu desligamento. Com o desenvolvimento de um aplicativo e painel de indicadores, essa é uma meta do plano de gestão da UFSM. Abaixo destaco dois gráficos disponível no Observatório de Evasão associado ao projeto Integra, quanto a taxa de evasão média da IES, em número absolutos e percentuais:

Gráfico 4 – Taxa de Evasão Anual média da UFSM em números



Fonte: Observatório Evasão - Site da UFSM.

Gráfico 5 – Taxa percentual de Evasão Anual média da UFSM



Fonte: Observatório Evasão - Site da UFSM.

É necessário destacar que nos anos de 2020, 2021 e 2022 houve flexibilização dos prazos de integralização do curso mediante a Resolução 79/2022, que estabeleceu regras quanto ao retorno presencial após a situação pandêmica de saúde.

### 2.3.5 Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

A UFCSPA não possui portaria ou resoluções que tratem especificamente da política de acompanhamento discente e das estratégias para combate à evasão e retenção, mas estas questões são tratadas nos termos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico Institucional da IES. Ao afirmar que os fenômenos de evasão e retenção acadêmica devem ser monitorados, o Projeto Pedagógico Institucional da UFCSPA apresenta como necessidade repensar o processo de ensino-aprendizagem, “com foco nos processos de ensinar, aprender e avaliar – como se aprende, se ensina e se avalia”. Ainda enfatiza a necessidade de



processos de avaliação institucional para que seja possível acompanhar a realidade da instituição.

No Plano de Desenvolvimento Institucional, reforçam que a evasão e retenção estão relacionadas com o insucesso no processo de ensino e aprendizagem, destacando a necessidade de estar atento aos índices ao produzirem ações de mapeamento e análise dos números da universidade. Mas também apresentam que o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, ligado a Pró-Reitoria de Graduação, atua em questões de orientação e acompanhamento dos estudantes, relacionadas com questões didáticas, psicopedagógicas e emocionais. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico atua especialmente na atenção e suporte aos discentes e docentes no que tange às questões de ensino-aprendizagem, e tem como objetivos: a) promover a saúde e bem-estar dos estudantes e professores, por meio de ações psicoeducativas; b) contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, integrando a formação acadêmica com a realidade social e o mundo do trabalho, e c) estimular e colaborar para o desenvolvimento de projetos e ações de convivência da comunidade acadêmica com a diversidade biopsicossocial e cultural.

Visando auxiliar na manutenção e na promoção da saúde mental e qualidade de vida de seus discentes e docentes, as ações pensadas no Núcleo de Apoio Psicopedagógico contribuem com o ensino e buscam promover a socialização, com o foco de realizar atividades pedagógicas que permitam a formação completa do aluno, favorecendo o desenvolvimento intelectual e emocional. Com propostas de intervenções psicossociais e psicopedagógicas conforme a demanda identificada na comunidade, são realizadas ações coletivas e individuais, com atividades de assistência, oficinas e grupos. Uma delas é o Programa de Tutoria da UFCSPA que visa oferecer aos alunos a partir do seu ingresso um contato próximo com docentes e outros colegas, apoiando sua integração no ambiente da universidade com novos métodos de estudo e gestão do tempo. Com o objetivo de acompanhamento e orientação sistemática a grupos de alunos em todas as séries, cada curso estabelece um cronograma de atividades tutoriais, com a indicação de professores para tutoria de maneira a auxiliar na identificação de possíveis dificuldades, necessidades, demandas da turma e promoção de práticas educativas que favoreçam a formação e o desenvolvimento dos estudantes.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo dessa contextualização do problema, para iniciar esta discussão é preciso afirmar que este trabalho encara a sociologia como uma prática social, em que é necessário para o seu desenvolvimento teórico a concretização prática do saber e fazer e essa articulação. Ao adotar esta postura, é possível problematizar as práticas do acompanhamento discente na UFRGS frente a normas estabelecidas – isto é, como as normas instituídas se efetivam nas práticas. Um paralelo pode ser feito com a pesquisa de Timmermans e Berg (2010) que analisam os protocolos oncológicos e reanimação cardiopulmonar. Conforme assinalam, para que os protocolos sejam adotados e seguidos universalmente há a previsão de uma flexibilidade para a adoção em locais diferenciados e/ou em realidades totalmente distintas. Com essa previsão de flexibilidade na ação dos atores envolvidos frente as normas e protocolos estabelecidos, este trabalho problematiza como se efetivam as práticas visando promover a permanência e evitar a evasão e a retenção de cada curso no contexto dos cursos de Graduação da UFRGS.

Para efeito de análise é importante definirmos os conceitos que serão operados neste trabalho, sendo eles: experiência, disciplina e ação. Estes conceitos já foram teorizados diversas vezes, mas para este estudo serão considerados a partir das interpretações de François Dubet, Michael Foucault e Antony Giddens, respectivamente.

#### 3.1 EXPERIÊNCIA PARA DUBET

Arenhart (2014) discorre que Dubet analisa que estamos vivendo em um processo de transição entre a sociedade moderna e a contemporânea, não sendo mais possível analisar a sociedade conforme um modelo centrado em uma teoria única, seja pautada na força do Estado-Nação, na centralidade do trabalho ou no poder das instituições. A análise da sociedade pelas teorias clássicas já não é mais adequada, pois os atores estão submetidos a diversas lógicas do sistema social, já que a nossa sociedade não é mais um único sistema. Por sua vez, Silveira (2015) aponta que o indivíduo, ao se produzir, produz a vida social também, sendo necessário partir da esfera microssocial para compreender a sociedade. Assim, a sociologia da

experiência analisa representações, emoções, condutas e as maneiras como os atores as explicam. Destaca-se ainda que o conceito de experiência social construído por Dubet não é algo sem relações com o sistema social: o ator constrói uma experiência, a partir das lógicas de ação que são dadas pelas diversas dimensões dos sistemas.

Silva (2009) salienta que Dubet construiu a noção de experiência social a partir da ação social, pois a mesma é construída sob registros de lógicas de ação heterogêneas, sem possuir um sentido unitário, podendo ter diversas e múltiplas significações. Amaral (2016) realça que a experiência social é uma maneira de construir o mundo, uma atividade que considera as lógicas de ação e a ação dos indivíduos para compreender o sentido dado a sua própria vida e sua trajetória. Na compreensão de Dubet (1994), é necessário analisar a subjetividade dos indivíduos e a objetividade do sistema para compreender a sociedade atual, sendo assim o conceito de experiência social construído ao mesmo tempo de maneira subjetiva (uma representação do mundo vivido, individual e coletiva) e cognitiva (uma construção crítica, uma maneira de construir o real, uma reflexão que os indivíduos fazem ao julgarem e redefinirem as suas experiências). Assim, as experiências sociais são combinações subjetivas de elementos objetivos, na medida que o indivíduo se torna sujeito ao produzir a flexibilidade quanto a combinação e articulação das lógicas de ação presente em suas práticas.

Considerando que a experiência social é uma atividade socialmente construída, ela se manifesta no discurso dos atores. No momento da construção de sua identidade social, os indivíduos articulam diversas lógicas de ação nas quais está engajado, com a possibilidade de realizar uma construção crítica de maneira a permitir ao sujeito assumir a autoria da sua própria vida. É este trabalho que aproxima o indivíduo de uma representação do sujeito e é isso que se torna objeto de uma sociologia da experiência, já que não existe uma experiência individual pura, isolada das suas relações sociais.

A experiência social, como maneira de perceber o mundo, é 'uma construção inacabada de sentido', que permite de 'se construir' através do conflito e do engajamento na ação coletiva e de 'construir o mundo social' através de uma combinação de diferentes lógicas. (WAUTIER, 2003, p. 192)

Para Wautier (2003), a experiência social moderna é caracterizada por uma diversidade de lógicas de ação e exigências de individualização nas condutas sociais.

Configura-se em uma ferramenta de análise da realidade social, podendo designar as condutas individuais e/ou coletivas. Dubet (1994) concebe o sujeito como ator social, crítico e consciente, capaz de construir a sua própria experiência social, a qual é um fruto de um jogo de tensão entre três lógicas de ação: integração, estratégia e subjetivação. Esta combinação de lógicas de ação liga o ator as dimensões do sistema social, em que a articulação das diferentes lógicas leva os sujeitos a construir a sua subjetividade e sua reflexibilidade. Cada lógica de ação remete a um tipo de explicação social que coexiste com as outras formas de compreensão do mundo social, considerando que há uma pluralidade de sistemas na sociedade, sem que seja possível compreender a realidade social de uma única forma, como um sistema fechado.

Na teoria de Dubet (1994), o conjunto social é uma justaposição de três grandes tipos de sistemas: comunidade, mercado e sistema cultural. Da mesma forma, cada experiência social resulta das articulações das lógicas de ação de cada sistema: integração, estratégia e subjetivação, respectivamente. Assim, a lógica de integração remete à quando o ator é definido pelos seus vínculos na comunidade; o sistema mercantil orienta ações estratégicas, a partir dos jogos de interesses, e, por fim, a lógica da subjetivação é quando o ator se torna um sujeito crítico frente a uma sistemática de produção e dominação relacionada também a cultura, aqui entendida como a definição histórica do sujeito, que torna possível a crítica social como ferramenta de ação. Assim, numa mesma realidade social, podemos encontrar processos de socialização, mecanismos de jogo e tensão dialética. Estas lógicas são autônomas e não hierarquizadas, sendo importante destacar que a experiência é mais que ação, pois tem todas essas imbricadas em si. É na articulação destes sistemas e lógicas de ação que levam o sujeito a estruturar a sua experiência social.

Com isso, a própria experiência é construída frente a articulação das lógicas e em um jogo de relações sociais, em um sistema heterogêneo, em que o sujeito tem a possibilidade de distanciamento, reflexão e crítica. Assim, destaca-se três características essenciais da experiência social: a heterogeneidade dos princípios culturais e sociais constitutivos; a distância subjetiva que os indivíduos mantem com o sistema em que precisam explicar para si mesmos as suas práticas a partir de suas reflexibilidades, que por si só os torna sujeitos das suas ações e, por último, a construção da experiência coletiva recoloca o conceito de alienação no cerne da análise sociológica, quando as relações de dominação impedem os atores de terem

domínio sobre a sua ação (WAUTIER, 2003). Sendo assim, a alienação é considerada como a perda da capacidade do indivíduo ser sujeito, com o esvaziamento de sentido da sua experiência social, de maneira que a sua ação não seja reduzida a uma reprodução da lógica do sistema.

E aqui aparece a definição de sujeito para Dubet (1994), em que o mesmo é definido por um jogo de tensões, em que se faz necessário explicar para si mesmo como se constroem as suas práticas, como adere aos seus papéis e valores sociais. É esta construção da subjetividade e da flexibilidade do ator que produz a experiência social, pois ela só se constitui quando a ação individual não for redutível a subjetivação do sistema, ou seja, não for resultado de um processo de alienação. Assim, para a análise da experiência, a ação não pode ser considerada só uma decisão individual do ator, e sim como resultado de orientações sociais e culturais adquiridas através das relações sociais da própria sociedade.

### 3.2 GIDDENS E A PERSPECTIVA DA AÇÃO

Em complemento, articulamos a ação em Dubet com a sua construção teórica em Giddens, em um processo de articulação teórica. Mas para isso, é necessário primeiro apresentar a teoria de Giddens. Carneiro (2006) faz algumas considerações quanto a teoria de estruturação de Giddens, que vem analisar a estrutura social não como algo extrínseco ao indivíduo, e sim como algo constituído pela atividade humana e que, ao mesmo tempo, é o meio dessa constituição. A sociedade se estrutura no tempo e espaço via dualidade estrutural. Neste sentido, a estrutura seria um sistema composto por regras, recursos, limites, possibilidades que são, da mesma forma, resultados das ações anteriores e condições para as ações posteriores, em uma relação contínua. Este caráter dual das estruturas sociais aparece na configuração da ação humana, pois ao mesmo tempo que limita e constrange, habilita e possibilita, em uma constante interação ação-estrutura.

Ao propor uma dinâmica de leitura da realidade social que coloca os sujeitos e a estrutura numa dinâmica relacional, Giddens (2009) afirma que não é possível mais analisar apenas e exclusivamente a estrutura que produz os sujeitos para compreender a vida em sociedade. Segundo sustenta, há que analisar a relação entre ambas e como autor e estrutura se influenciam e se comunicam constantemente. Ao mesmo tempo que os sujeitos são condicionados pela estrutura, eles também têm a

capacidade de modificar a mesma. Arboleya (2013) enfatiza que estrutura e ação possuem uma relação de integração e interação. As estruturas são interligadas por meio da ação e a ação se conforma estruturalmente. A estrutura está ligada a regra, admitindo legitimação, significação e dominação. Ao mesmo tempo que constitui um sistema de regras morais, semânticas e de recursos, também é configurada pela conduta dos atores.

As estruturas são integradas por meio da ação e a ação se conforma estruturalmente. A constituição da sociedade, sua produção e reprodução são uma criação dos atores sociais. Neste sentido, se enfatiza o caráter recursivo das atividades humanas consideradas práticas sociais, situadas no espaço e no tempo. Os atores e as ações que empreendem, geram uma contínua recriação e reprodução dos contextos sociais que possibilitam suas ações. (GIDDENS, 1979, p. 64)

Peixoto (2014) afirma que, para Giddens, o objetivo do estudo das ciências sociais seria as práticas sociais ordenadas no espaço e tempo, pois há uma relação entre a experiência do ator individual e a estrutura social a que ele está subscrito. A ação tem como elementos constituintes a motivação, intencionalidade e racionalidade do sujeito, assim como está associado a fatores dos sistemas sociais, de forma a sustentar a ideia em que ação e estrutura estão associadas e relacionadas, e não submetidas a dinâmicas causais. Giddens fundamenta a ideia de agência a partir da possibilidade de ação, à medida que a ação depende da capacidade do indivíduo de 'criar uma diferença' em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para 'criar uma diferença', isto é, para exercer alguma espécie de poder.

'Agência' não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas a capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que 'agência' subentende poder: cf. uma definição de agente do Oxford English Dictionary como 'alguém que exerce poder ou produz um efeito'). 'Agência' diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia. Sou o autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, faço. Inversamente, pode haver circunstâncias em eu pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha 'agência' (GIDDENS, 2009, p. 11).

O ator age com intencionalidade numa estrutura que permite que ele realize sua subjetividade e ao agir, reelabore esta mesma estrutura num movimento reflexivo

(e não antagônico) no qual materializa as regras; portanto, a estrutura está **conectada** à prática dos indivíduos que agem amparados no elemento significativo estrutural, dotado de legitimidade pela própria adoção das normas que regem as ações. A agência humana ainda confere uma dupla qualidade a estrutura: ao mesmo tempo que ela possui características supra individuais e exteriores aos sujeitos, é algo internalizado e subjacente a todos os indivíduos, ou ainda, ao mesmo tempo em que condiciona os agentes, fornece os meios pelos quais eles podem modificar a estrutura.

O agente em Giddens (2009) é entendido como um ser consciente e intencionado que monitora suas ações reflexivamente, de modo a ser capaz de desenvolver uma atividade intencionada, com a compreensão do que faz e também as razões do porque faz, em um movimento reflexivo da ação. Os agentes são dotados de consciência prática e discursiva, o que significa que identificam as estruturas sociais a partir de seu conhecimento prático, assim como são suscetíveis de responder porque tomaram uma determinada decisão quando perguntados. Assim, a racionalização da ação é entendida como uma característica da conduta humana ligada à intencionalidade. Tanto a racionalização quanto o monitoramento reflexivo da ação se relacionam as motivações do agente. A flexibilidade do sujeito é a faculdade específica da agência humana, que o habilita a pensar o que faz, as regras que segue e, portanto, para transformar as práticas e as regras. Em sua ação, o ator não cria as suas condições sociais, podendo ser recriadas, de forma reflexiva. Esta reflexividade deve ser entendida como um caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. A monitoração reflexiva e a racionalização da ação são respostas às motivações da ação, pois essa última está mais ligada ao potencial para a ação do que os processos de justificam a ação.

Souza, Mariano e Ferreira (2021) analisam a teoria da estruturação de Giddens frente a relação estabelecida entre estrutura e sujeito sob a perspectiva da agência, percebendo a necessidade de considerar o poder como conceito elementar. A ação implica na possibilidade de poder atuar de outra maneira, e, portanto, um poder, considerando poder como a capacidade do ator tem de intervir no curso dos acontecimentos e os alterar, logo, enquanto possibilidade de ação. A ação possui o poder ou capacidade de transformar situação, assim, o agente tem a capacidade de introduzir mudanças ao mundo social. O indivíduo nesse sentido modifica suas circunstâncias movido pelas suas motivações, mas também devido a capacidade de

acesso e controle de recursos de poder e a sua posição nas redes de relações humanas.

### 3.3 FOUCAULT E O PODER DISCIPLINAR

Quando se fala em poder, um dos autores que mais trabalhou este conceito foi Foucault. Por evidente, há que refletir sobre a construção teórica desse autor para melhor compreender a sua concepção de poder, e principalmente, o poder disciplinar. Costa e Camargo (2019) analisam que o poder em Foucault tem uma relação com o saber, já que o último transforma e constitui as práticas sociais. Assim, o sujeito se constitui através das relações de poder e saber. Danner (2010) analisa que essas relações de “poder-saber” devem ser analisadas de forma indireta, a partir do que se conhece, dos objetos a se conhecer e as modalidades de conhecimentos possíveis, já que todos os processos são atravessados pelo poder-saber que o constituem. Há um total entrelaçamento entre o saber e o poder, sem necessariamente serem compreendidas como uma relação causa efeito. O poder não é um objeto, é uma prática social, construída historicamente junto com o saber. Não é algo estático, mas como práticas e mecanismos presentes na sociedade que legitimam a construção de certos discursos, validando saberes e condutas. O poder é algo que se exerce, que funciona em relação, sendo uma estratégia, uma tática, devendo ser analisado como algo em constante transformação, de forma díspar e heterogênea.

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas de algum modo. Se é verdade que estas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que impõe, por exemplo, o serviço militar, senão houvesse em torno de cada indivíduo todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal e tal ideia? (FOUCAULT, 2003, p. 231).

Souza e dos Passos (2013) discutem que o poder disciplinar se exerce de forma invisível, sendo técnicas que são utilizadas para dar segurança e manter a ordem em diversos espaços sociais. O poder disciplinar utiliza-se de um saber reacional e normativo que visa regular os corpos dos indivíduos, submetendo-os constantemente



ao seu poder. Assim, pode-se concluir que esta prática de disciplinamento surge a partir do momento que o corpo passa a ser conhecido e estudado, quando se abandona a lógica de punição. Com o conhecimento do corpo, é possível a maximização da força útil do ser humano, permitindo que se opere a vida em favor da produção e do lucro. Neste sentido, percebe-se que controlar, manipular multiplicidades é mais efetivo do que violentar, e com isso as disciplinas permitem uma adaptação constante do indivíduo ao seu meio, produzindo uma relação de docilidade-utilidade a ele, na medida em que o assujeita infindavelmente.

A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu super poderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (FOUCAULT, 2010, p. 164).

Com isso, pode-se dizer que a disciplina é um tipo de poder, em que a sociedade disciplinar permite que o espaço social seja o lugar de exercício predominante de práticas, uso de instrumentos e técnicas de disciplinamento, a partir de técnicas que permitem o controle dos corpos, trabalhando para manipular gestos, comportamentos e todas as expressões corporais por meio de coerção. O próprio indivíduo é um produto de uma realidade fabricada pela disciplina, que usa o poder disciplinar com a função de adestrar e de tornar submissos os corpos em um processo de disciplinarização, cujos fatores são ligados a economia, política, âmbito científico, jurídico, religioso, médico, entre outros. As disciplinas são uma tecnologia que utiliza diversos métodos para o controle e manipulação do corpo, a fim de atingir o sujeito em sua singularidade, de modo a assegurar a ordenação social. Assim, os sujeitos são coagidos pelo poder disciplinar a estabelecer práticas específicas e ações determinadas, pois o corpo humano se tornou objeto de manipulação disciplinar para a sua domesticação e tornar o corpo dócil, disciplinado, útil.

Um corpo dócil é aquele passível de repressão, de ser sujeitado, é aquele que não pode e nem deve contestar o sistema que está inserido, tendo a privação da sua palavra, desejos, emoções sob os usos do poder disciplinar. Um corpo docilizado é um corpo útil, que pode ser submetido às diversas intenções do poder, que pode se tornar uma ferramenta para o funcionamento da sociedade. As estratégias de disciplinamento são aquelas preocupadas com o controle do corpo e da mente, permitindo um processo mais amplo de condição de condutas e produção de

determinados modos de ser sujeito, pois é no corpo que as técnicas do poder disciplinar incidem. Sem o espaço de contestação e de reflexão sobre a sua posição na sociedade, os sujeitos submetem-se a uma normalização disciplinar, em que são apresentados a um modelo e uma norma a seguir. Com isso, os sujeitos passam a se comportar e se expressar dentro dos padrões estabelecidos, resignificando os seus gestos, desejos e objetivos para estar mais perto do modelo esperado e aceito pelo conjunto social a que faz parte, de modo que o poder disciplinar assim mantenha o controle social com a estabilidade e o ajustamento da população.

Aprender a comportar-se, movimentar-se, ser preciso e ter ritmo. Gestos são fabricados, e sentimentos são produzidos. Este adestramento é resultado da aplicação de técnicas positivas de sujeição baseadas em saberes pedagógicos, médicos, sociológicos, físicos etc. O corpo torna-se útil e eficiente, mas ao mesmo tempo torna-se dócil e submisso: o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT apud RODRIGUES, 2003, p. 118)

Com a configuração da sociedade disciplinar, percebe-se uma série de técnicas que incide na difusão dos cuidados e preocupações com a disposição do espaço, com o controle do tempo, com a ininterrupta observação e vigilância perpétua, atrelados a elaboração de registros, a distinção de condutas e hábitos e à produção de conhecimentos específicos. Ao analisar as práticas de disciplinamento para a realização do ENEM, Dal Moro e Wanderer (2020) percebem que a disciplina é produzida por práticas de treinamento, controle do tempo e das ações dos sujeitos para elevarem sua produtividade, ressaltando que as disciplinas precisam ser compreendidas como aparelhos de adicionar e capitalizar o tempo. Como forma de controlar os sujeitos, o uso do controle do tempo se mostrou efetivo em diversas instituições ao estabelecer horários para os comportamentos e ações dos indivíduos, com o próprio o controle da atividade, com a manipulação do tempo vinculado ao controle do horário e a relação entre os gestos executados e os objetos manipulados, tendo em vista que todas as atividades realizadas devem ter uma função e um momento de execução. Torna-se importante que cada indivíduo ocupe o seu lugar, pois o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. A relação entre atividade e objeto, ou seja, a necessidade de cada gesto ser executado com propósito, de maneira ordenada e no momento certo, em que o treinamento contínuo e constante é visto como uma estratégia disciplinar de modo que os próprios indivíduos acabam por ser constituídos como objetos e instrumentos da disciplina. Ainda, para o controle do espaço, o poder disciplinar afeta

toda a sua organização espacial, com a segregação, desarticulação, separação, reordenação, de maneira a objetivar o seu uso a todo o momento.

Porém, toda essa forma de controle dos corpos tem como a característica a constante vigilância. Esta vigilância tem como papel distribuir e controlar as pessoas de toda a sociedade, com o desenvolvimento de tecnologias de poder, produzindo um adestramento, de forma massificante e individualizada, com o uso do espaço e tempo, para que os próprios sujeitos também possam se policiar e se assujeitar as regras sociais vigentes. Com isso, a disciplina considera os indivíduos sob ele como meros objetos e ao mesmo tempo instrumentos de seu próprio exercício. Sendo o poder disciplinar invisível, em que pode vigiar sem ser visto, há diversos instrumentos nas instituições escolares para o seu exercício de modo a controlar os estudantes, como a fila, a cerca, o lugar marcado em sala da aula, o olhar hierárquico do professor e direção, a sanção normalizadora, o exame, entre outros. Os gestos, os comportamentos e todas as expressões corporais dos estudantes são manipulados por meio de coerções, pois a disciplina objetiva formar corpos submissos.

Dametto e Soligo (2000) verificam a contribuição de Foucault na análise do ensino formal, considerando que o próprio campo da Educação é uma prática disciplinar de normatização e controle social. O poder disciplinar escolar tem o objetivo de adestrar os sujeitos a fim de fabricar indivíduos obedientes, como estudantes devem ser obedientes aos professores e seguir a norma de não interromper a dinâmica da sala de aula direcionada pelo professor.

Brighente e Mesquida (2011) sustentam que na instituição escolar, cada passo do educando é vigiado, para que ele não escape às normas e sempre responda conforme o esperado. A escola tem seus fundamentos na sociedade disciplinar para formar corpos disciplinarizados e úteis, priorizando processos de homogeneidade, uniformidade, repetição, divisão e classificação. Assim, a educação pode ser considerada uma prática disciplinar de normatização e de controle social, de forma a ter um dispositivo orientador a produção do sujeito, relacionadas a procedimentos de objetivação.

#### 4 ACOMPANHAMENTO DISCENTE NA UFRGS

A partir de todas estas considerações e reflexões, voltamos à pergunta de pesquisa: quais são as estratégias de acompanhamento discente utilizadas pelos serviços da UFRGS com os estudantes durante o percurso formativo de um curso de graduação? Restringimos o nosso olhar para os servidores que atendem os cursos de graduação, nas COMGRADs e/ou Núcleos Acadêmicos.

Para compreender o universo estudado, foi realizada análise documental, aplicação de questionário com 23 respondentes e a realização de entrevistas com 8 participantes, realizadas em abril e maio de 2022. Para compreender o universo estudado apresentamos a tabela abaixo com números gerais da UFRGS:

Tabela 3 - Número de estudantes matriculados, vinculados, ingressantes, diplomados, evadidos e beneficiários da UFRGS

	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1
<b>Matriculados</b>	28.477	28.497	28.459	27.437	26.330	25.839	26.584
<b>Vinculados</b>	32.247	32.452	32.561	31.507	31.527	31.806	33.251
<b>Ingressantes</b>	3.929	2.945	3.593	2.172	3.524	2.180	3.641
<b>Diplomados</b>	1.415	2.174	1.599	2.178	1.366	1.532	1.589
<b>Evadidos</b>	1.505	1.509	1.856	1.716	628	855	574
<b>Beneficiários</b>	3.928	4.127	4.112	3.751	3.710	3.558	3.389

Fonte: Painel de Dados – UFRGS

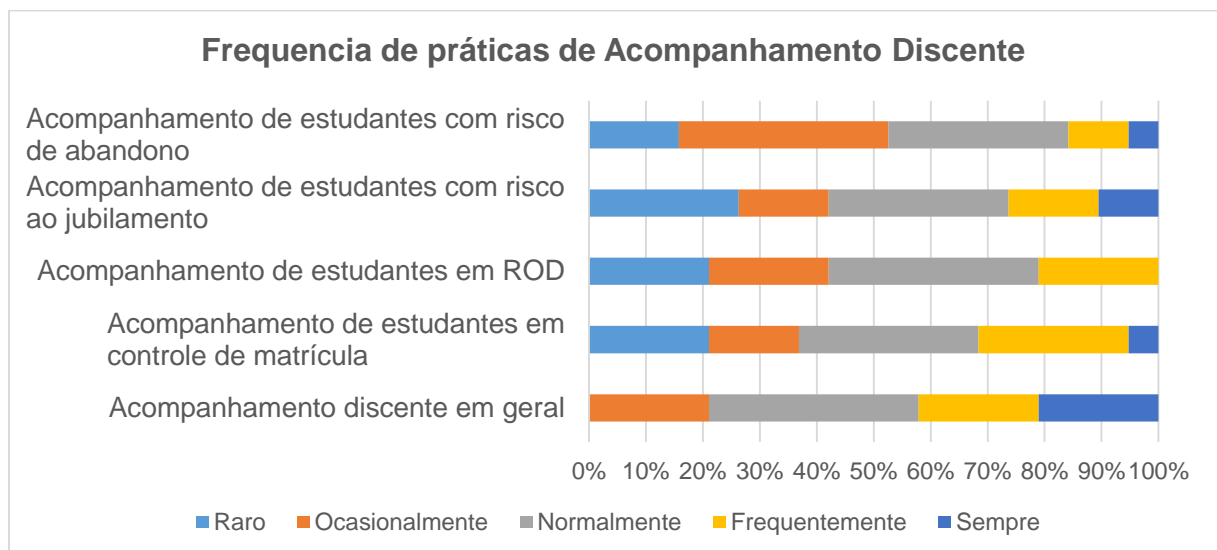
Como podemos ver, temos um universo de mais de 30 mil alunos vinculados, sendo que aproximadamente 10% dos alunos são considerados Beneficiários, ou seja, estudantes que são considerados de baixa renda e recebem bolsas de auxílio pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Ao olhar o histórico da assistência estudantil na UFRGS, conseguimos identificar a sua origem entre 1952 e 1964, com a inauguração da primeira Casa do Estudante e o primeiro Restaurante Universitário. Em 1978, foi aprovado um programa de bolsas a fim de aperfeiçoar o plano assistencial na UFRGS e em 2012 a Secretaria de Assistência Estudantil ganha status de Pró-Reitoria, a fim de se adequar as orientações previstas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Assim, percebe-se que o PNAES fica sob responsabilidade exclusiva da PRAE. Ao mesmo tempo que coordena os benefícios para estudantes, administra outros serviços: moradia nas casas de estudantes ou auxílio moradia para os beneficiários, apoio sócio psicológico e pedagógico para os beneficiários, bolsas de trabalho para beneficiários e não beneficiários, refeições nos

restaurantes universitários para todos os alunos, e ainda promove atividades esportivas. Porém, problematiza-se que a UFRGS possui mecanismos que visam garantir o apoio pedagógico previsto na PNAES a seus alunos junto às COMGRADS e/ou Núcleos Acadêmicos, não só para os beneficiários.

#### 4.1 DE QUE ACOMPANHAMENTO ESTAMOS FALANDO?

Em um movimento de mapear os serviços da UFRGS que trabalham com acompanhamento discente, voltamos o nosso olhar, assim, para as ações e atividades desenvolvidas nas Unidades de Ensino, juntos as Coordenações de Cursos de Graduação e seus órgãos de apoio técnico. Participaram do questionário integrantes de 13 unidades acadêmicas da UFRGS, sendo elas: Escola de Administração; Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID); Escola de Enfermagem; Faculdade de Agronomia; Faculdade de Arquitetura; Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO); Faculdade de Educação (FACED); Faculdade de Medicina (FAMED); Faculdade de Odontologia; Faculdade de Veterinária (FAVET); Instituto de Artes (IA); Instituto de Biociências (IBIO); Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos (ICTA); Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e Instituto de Letras (IL). Destes, tivemos 23 participantes no questionário, sendo 7 servidores docentes e 16 técnicos administrativos. Todos manifestaram que trabalham com o Acompanhamento Discente, sendo questionados quanto a frequência das práticas

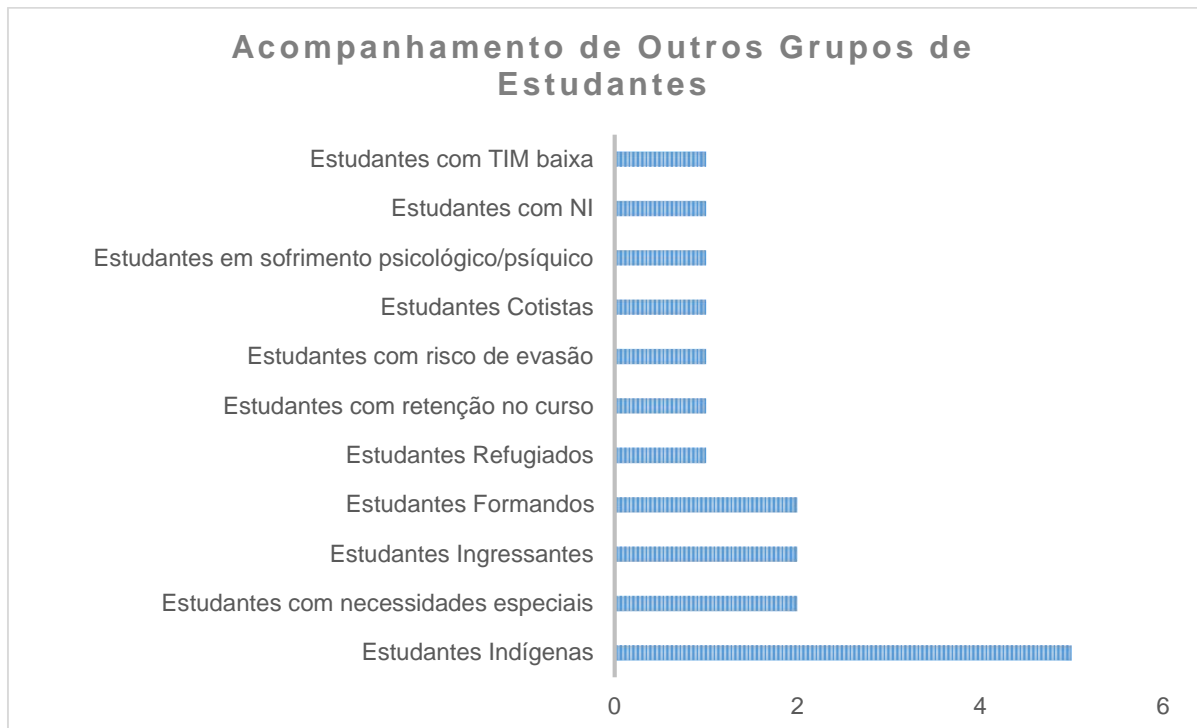
Gráfico 6 – Frequência de práticas de Acompanhamento Discente



Fonte: Elaboração própria.

Ao serem questionados sobre os grupos previstos em normativas da UFRGS, verifica-se na figura anterior que as práticas variam quanto a sua frequência, de modo a ter setores que fazem raramente e ocasionalmente acompanhamentos com alunos em ROD e jubilamento, e setores que fazem sempre e frequentemente acompanhamento com estudantes em geral e com estudantes em controle de matrícula. Ainda, 9 participantes manifestaram realizar acompanhamento com algum outro grupo de estudantes, tendo aparecido os seguintes grupos:

Gráfico 7 – Acompanhamento de Grupos distintos de estudantes



Fonte: Elaboração própria.

Dos grupos destacados no gráfico acima, é importante ressaltar que a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF) possui um processo de trabalho para o acompanhamento do estudante indígena já estruturado e com orientação as Unidades, aparecendo esse acompanhamento nos resultados. Além desses, os formandos, os ingressantes e estudantes com necessidades especiais também aparecem como um público frequente de acompanhamento.

Ao destacar o acompanhamento de alunos com TIMD baixa, constatou-se que, quando questionados quanto a isso, a maior parte dos setores elaboram Planos de Recuperação da TIM. Este Plano de Recuperação da TIM tem como objetivo elaborar

um plano em conjunto com o aluno, de modo que se aumente progressivamente o número de atividades de ensino aprovadas, para que o aluno não seja prejudicado no cálculo da TIM que considera o número de semestres matriculados. Na maioria das respostas encontradas, são os servidores técnicos que elaboram o Plano de Recuperação da TIM. Porém, em alguns setores, o aluno que o elabora, e nesta situação, o plano é validado posteriormente pela equipe. Há unidades que os servidores técnicos e docentes compartilham a atividade, se alterando ou realizando em conjunto.

A elaboração do Plano de Recuperação da TIM é realizada de diversas formas. A princípio, avalia-se o desempenho do estudante, analisando as disciplinas que está matriculado e ajudando num planejamento para os próximos semestres. Dessa forma, é possível pactuar com o estudante as possibilidades de aprovação, analisando as probabilidades de matrícula para próximos semestres junto com a disponibilidade de tempo e atividades do aluno. Com esta combinação, o objetivo é organizar melhor o tempo do aluno e melhorar o desempenho nas disciplinas, estimulando uma matrícula responsável no que se pode aprovar de fato, estabelecendo um compromisso através de um plano de estudo.

Acreditamos que esse levantamento de atividades de acompanhamento discente é importante a fim de analisar a padronização (ou não) dos procedimentos. Considerando o momento de exceção em que este questionário foi elaborado, ou seja, durante o Ensino Remoto Emergencial, acentuou-se nas respostas a adaptação do acompanhamento discente. Na maioria das respostas do questionário, percebe-se que o acompanhamento discente seguiu sendo realizado via e-mail e mediante a possibilidade da realização de videochamadas agendadas, com ocasional busca ativa em redes sociais.

Avaliando dificuldades enfrentadas pelos servidores quanto ao acompanhamento discente apontadas no questionário, muitos reforçaram que o contato com os estudantes foi dificultado durante o período de Ensino Remoto Emergencial. Neste processo, destacam-se para as dificuldades dos discentes em acompanhar as atividades síncronas. Percebeu-se também um processo de silenciamento na relação com os alunos, tanto com servidores técnicos, quanto com docentes. Para mais, ganhou relevo a falta de tempo que os servidores têm para se dedicar às atividades de acompanhamento discente, somado a isto diversas demandas burocráticas e administrativas próprias às COMGRADs. Em resumo, pode-

se dizer que este acompanhamento pedagógico não é uma prioridade na UFRGS, nem mesmo em um **período emergencial**.

Quanto às facilidades que se encontrou no ERE para o acompanhamento discente no questionário, destaca-se o apoio das chefias para as atividades nesse período excepcional. Aliado a ter um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades, novas funcionalidades do sistema de graduação e acesso a informações sobre o público discente auxiliam o processo, assim como o uso das novas tecnologias de comunicação. Percebeu-se também uma maior disponibilidade dos alunos em participar de atividades propostas, o que valoriza o trabalho. Com isso, demonstra-se a importância de ter estudantes parceiros que ajudam nesse processo de comunicação entre os servidores e o público discente, de modo a desenvolver um trabalho compartilhado. Outro ponto destacado foi a possibilidade desses setores de contarem com programas de monitorias específicos para auxiliar no acompanhamento discente, seja de estudantes indígenas, estudantes PNE ou outros alunos em geral, o que auxilia no processo do acompanhamento discente.

Aqui é importante relacionar com alguns pontos localizados nas entrevistas realizadas quanto a essa temática. Nelas, os entrevistados assinalam que perceberam que os alunos ficaram mais independentes e autônomos no momento da matrícula, se organizando no tempo de estudar, podendo ter muitas matrículas mesmo com colisão de horário. Porém, foi destacado que muitas unidades não conseguiram manter as práticas de acompanhamento discente e de acolhimento de calouros que eram feitas até então. O resultado, segundo eles, foi o afastamento dos estudantes, além do fato de que os servidores ficam desmaterializados e não se constituíram como referências para questões acadêmicas para os estudantes.

Foram realçados nas entrevistas alguns pontos negativos do ERE que atrapalharam as práticas como, por exemplo, a quantidade de NIs que foram atribuídos, assim como a fragilidade dos espaços de política e formação no formato EAD frente a dificuldade do debate e troca de ideias. Ainda, dificuldades nos inícios dos semestres de acessar as disciplinas devido a diferentes ferramentas digitais (Moodle, Meet, Teams, ...), foram sentidas, necessitando da intervenção dos núcleos acadêmicos na relação aluno e professor. Porém destacou-se a facilidade que as videoconferências trouxeram para algumas dinâmicas, principalmente no contato com alunos que teriam dificuldades de ir até a sua Unidade para resolver alguma questão.



A questão que ficou se refere à necessidade de considerar o que é mais rápido e fácil para todos, pois se teve que transformar os processos físicos em digitais no SEI. Isto facilitou o trâmite administrativo e manteve a comunicação estritamente por e-mail. Tal experiência levanta questões sobre o que seria melhor para os estudantes, pois muitas vezes é necessário interpretar o que o mesmo solicita por e-mail para responder certo, coisa que na comunicação pessoal é um processo mais rápido e fácil.

Quando perguntado sobre o que é o acompanhamento discente, no questionário em uma pergunta aberta, foi interessante que as respostas levaram a 4 dimensões complementares: individual, avaliativa, administrativo-pedagógica e institucional. A primeira dimensão de análise destaca a necessidade do acompanhamento discente em ir além de um acompanhamento coletivo, sendo importante um olhar individual aos alunos que tenham dificuldade de seguir a seriação aconselhada. Enfatiza-se a importância de estar em constante contato com os estudantes, com um olhar e escuta sensíveis ao cotidiano acadêmico, promovendo uma acolhida e acompanhamento a trajetória individual, assim como atender as necessidades dos alunos com suporte administrativo e orientações sobre aspectos curriculares e acadêmicos ao longo do curso.

A dimensão avaliativa define o acompanhamento discente quanto a uma prática voltada ao levantamento de reprovações e alunos que não tem se matriculado, de maneira a verificar o andamento do curso, identificando as disciplinas com muitas reprovações. O objetivo aqui é propor a construção de alternativas e revisar coletivamente as estratégias de ensino, acompanhamento e avaliação de aprendizagem.

A terceira relaciona o acompanhamento discente com um suporte para o aluno em sua trajetória, com orientação e acompanhamento. Destaca-se também a necessidade de auxílio em relação as demandas administrativas da/na universidade. Com isso, possibilita a construção de estratégias e oportunidades a fim de melhorar o desempenho discente e orientar quanto as escolhas de matrícula para um melhor aproveitamento dos estudos.

E, por último, é necessário compreender o acompanhamento discente como uma prática institucional, composta por um conjunto de ações que monitora o desenvolvimento do desempenho dos estudantes. Trata-se de auxiliar o maior número possível de estudantes na obtenção da diplomação do curso escolhido. Frente a estas dimensões, organizamos algumas respostas do questionário para melhor ilustrar esta

análise, com respostas que enfatizem a diferença entre as categorias e facilitem a leitura.

Tabela 4 – Dimensões de análise das respostas abertas do Questionário

Respostas do Questionário	Dimensões de Análise
<p>“Grande parte dos estudantes que está nessa situação não responde o e-mail, daí fica mais fácil achar pelas redes sociais”.</p> <p>“São analisadas o tempo que o aluno está no curso, o tempo para se formar, o desempenho nos semestres anteriores, buscando equalizar um bom número de disciplinas com uma melhor dedicação do aluno”.</p> <p>“Quando o aluno está “perdido” a gente se reúne com ele e planejamos os semestres até a formatura, fazendo simulações de grades considerando as peculiaridades de cada um”.</p> <p>“No meu entendimento é acompanhar e orientar o discente em sua trajetória acadêmica”.</p> <p>“Para além de ações e programas permanentes, trata-se de manter olhar e escuta sensíveis e abertos ao que faz parte do cotidiano acadêmico, com disponibilidade para o acolhimento, muito além apenas da resolução de questões meramente administrativas e burocráticas”.</p>	<p><b>Individual</b></p>
<p>“Penso que é um levantamento dos estudantes que tem muitas reprovações por FF e por D ou que deixam de se matricular por um ou dois semestres, a fim de entrar em contato com eles buscando identificar os problemas que possam estar enfrentando e providenciar os apoios necessários. Também seria parte desse plano de acompanhamento diálogos com professores de disciplinas em que ocorram mais reprovações com o objetivo de analisar os problemas e buscar construir alternativas como atividades de monitoria acadêmica, revisão de estratégias de ensino, acompanhamento e avaliação de aprendizados”.</p> <p>“Análise e avaliação contínua da aprendizagem do discente, com feedback contínuo”.</p> <p>“Acompanhar o desempenho e as atividades relacionadas aos alunos, mantendo constante avaliação da trajetória curricular e desempenho dos discentes”.</p> <p>“Não foi possível realizar acompanhamento discente efetivo no período de trabalho remoto por todas as dificuldades impostas neste período”.</p>	<p><b>Avaliativa</b></p>
<p>“Há uma boa vontade geral para o tema, mas ainda sem saber efetivamente como e materializar em ações concretas”.</p> <p>“Atendimento às necessidades dos(as) aluno(as), dando suporte administrativo, orientando e auxiliando nas atividades administrativas a que eles(elas) se destinam, bem como auxiliando e orientando sobre aspectos curriculares e acadêmicos, ao longo do curso”.</p>	<p><b>Administrativo pedagógica</b></p>
<p>“Não há ainda uma cultura institucional de acompanhamento discente. Isso significa que essa não é uma prioridade institucional clara”.</p> <p>“Demandas burocráticas de tarefas do setor dificultam o acompanhamento, sendo que o trabalho, por mais importante que seja, acaba não sendo priorizado”.</p> <p>“É o conjunto de ações que a instituição de ensino executa para monitorar o desenvolvimento do desempenho dos alunos, com vistas a auxiliar que o maior número possível dos alunos possa obter a diplomação do curso escolhido”.</p>	<p><b>Institucional</b></p>

Fonte: Elaboração própria.

Estas dimensões nos permitem analisar o que é considerado como acompanhamento discente, frente a prática dos servidores envolvidos. Com isso, na sequência, seguimos analisando as entrevistas e demais questões do questionário em seções nomeadas a partir dessas dimensões, por sua relevância e de maneira a facilitar a discussão. Nossa análise pauta-se pela necessidade de considerar se as normas e práticas potencializam ou não as oportunidades de aprendizagem nos diversos percursos formativos possíveis.

#### **4.1.1 Dimensão Individual**

Esta dimensão destaca a necessidade de um acompanhamento individual, isto é, de tratar os estudantes como indivíduos, vendo as suas histórias de vida e seu desempenho em seu contexto. Quando perguntados sobre o que dá certo no acompanhamento discente, tivemos diversas respostas. No entanto, o fato mais marcante foi a importância da escuta e da disponibilidade dos servidores para com os estudantes, pois cultivar um vínculo e manter o diálogo aberto permite que se possa favorecer a inclusão da universidade nas vidas deles e trabalhar de maneira a promover um acompanhamento personalizado.

Às vezes, só uma simples conversa soluciona a coisa, sabe? E aí eu acho que dá certo é a gente investir cada vez mais nesse contato com os alunos. Tentar propor coisas junto com eles, que eles nos digam o que seria mais efetivo. (Flávia, técnica)

Fazer a escuta do estudante e do seu problema é necessário pois muitas vezes o problema é o fator motivador da sua dificuldade e resultante do desempenho. Quando levamos em consideração o conceito de experiência de Dubet (1994), podemos considerar que a Universidade tem que se relacionar na dimensão subjetiva das lógicas de ação que motivam o indivíduo, de modo a contribuir para tornar tal experiência significativa para o estudante.

Imagina-se que o auxílio dispensado ao discente que está evadindo, retido, ou que está reprovando muito em algumas disciplinas, a fazer uma matrícula responsável, possibilita que o mesmo se sinta respaldado e com apoio institucional para seguir no curso. Com isso, os servidores destacam a necessidade que a instituição tem que permitir uma experiência de qualidade, quebrando a lógica da instituição de ensino como aquela que pune, como Foucault (2003) apresenta.

Ainda, é necessário que os alunos tenham a liberdade de construir o curso junto com os professores e técnicos, como destacado em uma entrevista, em que o público discente possa preparar atividades conjuntas, como, por exemplo, no caso da Atividade Integradora do Curso de Saúde Coletiva. Por decorrência, impõe-se a importância da participação dos estudantes em espaços decisórios. Neste quesito, aliás, percebe-se uma dificuldade da comunidade discente em efetivar sua participação nas instâncias e/ou fluxos organizacionais da Universidade. A agenda dos alunos defendida por Giddens (1979) é fundamental para que possa se mudar a estrutura, e a participação estudantil é pautada nisso. Isso dificulta algumas avaliações e planejamentos pois não se tem retorno dos estudantes quanto às atividades das Unidades e não se tem acesso a possíveis demandas, já que não são do conhecimento do servidor. Por isso, é importante que se coloque a Universidade na vida dos alunos e esteja aberta para atender a este público.

Para eles é importante, percebo que é uma coisa que muitas vezes alguns alunos tem a impressão que 'ninguém prestou a atenção em mim, no meu problema, e sentou alguém da UFRGS e me ouviu". (Ivan, técnico)

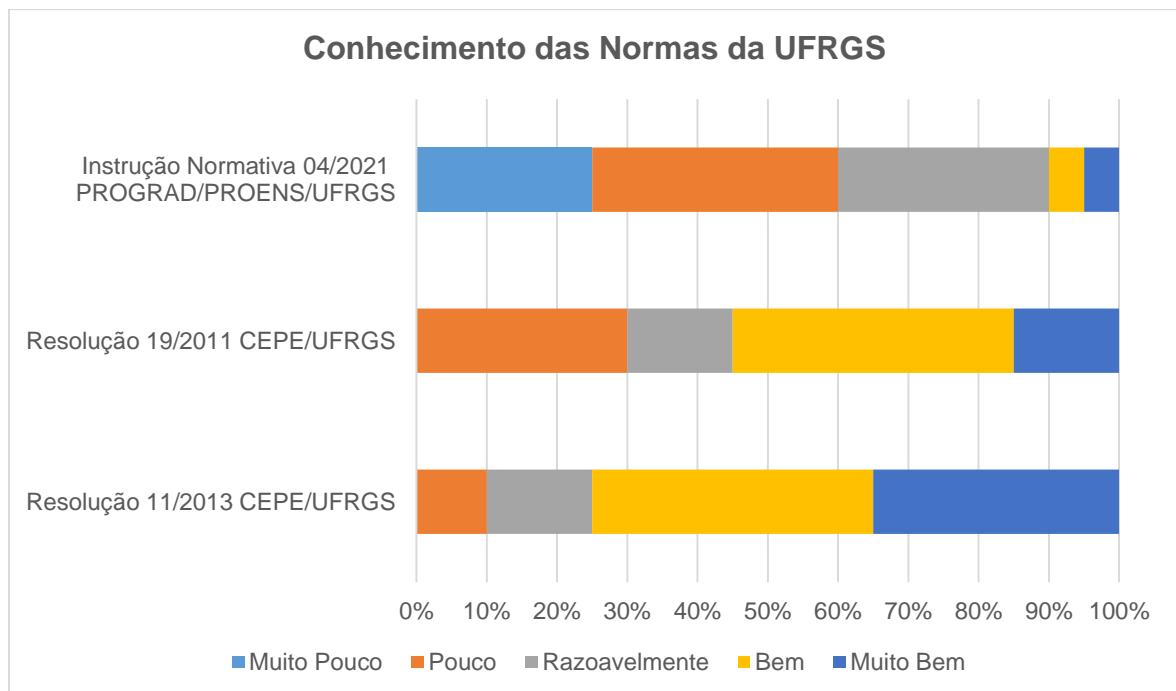
Ainda nesta dimensão podem ser abrangidos casos que fogem do escopo da atuação dos servidores que trabalham com acompanhamento discente. Cumpre lembrar que o aluno não reprova porque quer, e sim por diversas outras razões que atravessam a trajetória de vida de cada qual. A experiência do estudante não está restrita a uma instância (no caso, a universidade), pois diversas lógicas de ação estão em constante movimento, problematizando a prioridade dada a educação com a integração na comunidade e no mercado de trabalho para a contribuição em seu círculo familiar. Isso se mostrou evidente nos relatos dos servidores quanto a estudantes que não priorizam a graduação frente às demais esferas da sua vida (família, trabalho).

Aliado a estas situações, encontramos ainda estudantes em processo de se auto boicotar e não conseguem terminar as atividades de ensino, e ainda situações específicas de estudantes que tenham dificuldades especiais, desde pessoas com deficiência até aqueles com algum diagnóstico de saúde mental ou dificuldade de aprendizagem e que, ademais, não recebem o atendimento necessário na Universidade. Nesses casos, problematiza-se a necessidade de um trabalho interdisciplinar com outros profissionais de maneira a atender a demanda, o que nem sempre é possível devido aos limites encontrados.

#### 4.1.2 Dimensão Avaliativa

Quando analisamos a dimensão avaliativa, é necessário considerar que as métricas estabelecidas pela UFRGS surgem a partir das normativas aprovadas pelos Conselhos Superiores da Universidade. Essas normativas buscam disciplinar os corpos e moldar os comportamentos dos estudantes, conforme as contribuições de Foucault (2010). Assim, para que se possa adentrar na análise dessa dimensão, retornaremos para o questionário para verificar o que os participantes conhecem acerca das normas da Universidade.

Gráfico 8 – Conhecimento das Normas de Acompanhamento Discente



Fonte: Elaboração própria.

Dos 20 respondentes, percebemos que os participantes conhecem bem ou muito bem a Resolução 11/2013 CEPE/UFRGS, que estabelece as normas básicas da graduação na UFRGS, enquanto a Resolução 19/2011 CEPE UFRGS tem um grau de conhecimento um pouco menor, mas ainda assim mais da metade destaca que conhece de bem a razoavelmente. Nas entrevistas, tivemos algumas considerações quanto a essa última normativa.

Enquanto a Resolução 19/2011 não conseguiu instituir uma cultura de acompanhamento, ela atribui um sistema de controle ao desempenho do estudante,

a fim de promover uma matrícula responsável, mas não necessariamente cria uma diretriz para o acompanhamento discente. Quando foi lançada, teve diversos espaços de formação, e com isso conseguiu criar a ideia do acompanhamento de desempenho. Aqui foi feito um contraponto quanto a Instrução Normativa 04/2021, que cria o #Acompanha, cuja a mesma demonstra que não ter um alcance junto com os servidores, que afirmam em sua maioria conhecer de pouco a muito pouco. Nas entrevistas, afirmou-se que não houve, na pandemia, espaços de formação, ao contrário do que ocorreu quando foi implementada a Resolução 19/2011.

Ainda assim, a Instrução Normativa é importante visto que reafirma a ideia de acompanhamento discente, disponibilizando informações úteis, de modo a instrumentalizar as Unidades com dados e informações de modo a possibilitar a elaboração de estratégias para a permanência do estudante a fim de evitar a evasão. Ela traz novos elementos ao instituir um Programa de Acompanhamento Discente, tentando instituir um maior controle quanto a dados quantitativos do corpo discente a fim de reduzir a evasão.

Os entrevistados destacam que estas normativas ainda são apenas um começo. Assinalam que segue viva a demanda da criação e/ou fortalecimento de uma cultura institucional pois, sem isto, fica parecendo que a questão do desempenho é unicamente de responsabilização do indivíduo. A Resolução 19/20211 apoiava-se na punição do aluno, com limite de créditos, o ingresso no Regime de Observação Desempenho e possíveis desligamentos de modo a incentivar a matrícula responsável. A Instrução Normativa 04/2021 toma um outro caminho, porém, ainda não estabelece como fazer esse acompanhamento, estando as unidades sem uma diretriz clara.

A ausência de uma política clara deixa espaço para cada unidade encontrar seus mecanismos e ferramentas de atuação, de modo que as unidades atuem no acompanhamento da forma que encontrarem. Nesta direção, o Programa #Acompanha ganha relevância na medida em que agrega as informações em um local único. Entretanto, destacou-se que, conforme a necessidade dos setores, alguns dados e relatórios ainda não estão disponíveis nos sistemas da UFRGS, de modo que ainda há a necessidade de se produzir os seus próprios dados, quando isso é possível, para que se possa analisar a realidade dos cursos.

Ainda, percebeu-se que a TUA UFRGS auxiliou muito em diversos processos a fim de tornar disponíveis as informações e o passo a passo dos processos. Porém,

surgem ainda questões aos servidores que necessitariam de acesso à interface do aluno ou do professor ou ainda a uma interface de teste para que se possa atender algumas necessidades administrativas. Os respondentes sublinharam o trabalho da Divisão da Vida Acadêmica<sup>8</sup> (DIVA/DECORDI) no momento do ERE. No entanto, questionaram quanto à possibilidade dos Núcleos Acadêmicos e COMGRADs terem autonomia para algumas ações no sistema, como processos de exclusão de matrícula e/ou cancelamento justificado que se multiplicaram no período do ERE.

#### **4.1.3 Dimensão Administrativa-Pedagógica**

Questionados quanto a práticas e as ações realizadas para o acompanhamento discente, muitos setores informaram que encaminham e-mails explicativos a toda comunidade discente com as orientações a fim de promover um acompanhamento do processo de matrícula. Espera-se com isto incentivar uma matrícula responsável e evitar reprovações por falta de frequência e/ou cancelamentos. Há alguns setores que encaminham e-mails semestralmente para alunos em Regime de Observação Discente e em Controle de Matrícula para tentar marcar reuniões, a fim de verificar o que está acontecendo e se há algo que é possível fazer para ajudar. Ainda, há setores que seguem enviando e-mail para os alunos que estão próximos ao jubileamento, pois nem todos sabem que está suspenso, e às vezes os estudantes se assustam com o aviso no portal, podendo ser mais um incentivo a fim de motivar o aluno a concluir o curso.

Nas entrevistas, destacaram-se ações de acompanhamento mais direcionados a certos públicos alvos: os calouros, os estudantes que vão iniciar estágio e estão com a TIMD baixa, os formandos e os alunos matriculados no Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). É interessante este destaque pois são momentos chaves dos cursos de graduação, em que ocorrem rupturas: com os calouros, sabe-se que o ingresso no ensino superior é um momento crítico para adaptação e integração ao ambiente universitário; com estudantes que buscam estágios, normalmente motivado a situações financeiras, que veem a oportunidade para se manter na educação superior, e com os formandos que tem a missão de realizar um TCC e se graduar de modo a

---

<sup>8</sup> Não iremos adentrar nesse assunto, mas a DIVA é o órgão responsável pelos registros de todos os estudantes da UFRGS, junto a Pró-Reitoria de Graduação, estando vinculado ao Departamento de Consultoria em Registros Discentes.

se inserir no mercado de trabalho. Foi ressaltado que os serviços de acompanhamento discente têm mais facilidade de fazer um planejamento de curso com estudantes do meio para o final do curso, tendo mais dificuldade de pensar a trajetória dos calouros e estabelecer um vínculo efetivo com os mesmos. Mas, ainda assim, com o retorno das atividades presenciais, estão sendo retomadas atividades de recepção que não estavam sendo feitas desde 2020.

Então a gente tenta/tentava sempre montar com eles um plano que se fosse o mais parecido possível com a realidade, que é tentar convence-los que eventualmente (obviamente que isso era caso a caso, to te falando de uma questão que era mais recorrente) sugerir aos alunos que eles não tentassem acelerar, mas o contrário, que eles atrasassem um pouco porque eu preferia que eles se matriculassem 3 e passassem nas 3, do que se matricular em 6 e passassem em 4... isso inclusive em função do ordenamento, que é uma questão importante ainda para conseguir as matrículas... (Guilherme, técnico)

Os entrevistados destacaram que orientam os discentes no sentido de seguir a seriação do curso, elaborando um planejamento próximo da realidade quando demandados, de maneira a tentar inserir o curso na vida do estudante. Muitas vezes, conforme destacado no trecho acima, percebe-se que é melhor atrasar um pouco o curso do que acelerar, para que faça a matrícula em poucas disciplinas e que consiga aprovar em tudo do que se matricular em diversas e reprovar na metade. Esta lógica nem sempre é clara para os alunos, sendo necessária essa orientação quanto à matrícula. Neste sentido, foi destacado que se trabalha com a lógica dos tempos quando falamos em acompanhamento discente, muito mais que a lógica dos conteúdos, pois há diversos servidores que trabalham em cursos que não necessariamente se tem o domínio dos conteúdos. Pode ser exemplificada essa questão com a experiência compartilhada por uma das entrevistadas. O seu setor tem uma prática de um acompanhamento sócio pedagógico com estudantes matriculados no TCC, estando presentes para esse atendimento dois servidores: um docente e um técnico. Esta composição se fez necessária para que nesse acompanhamento possa se sanar questões de organização pessoal e do estudo e ainda, se necessário, ajudar com questões teóricas que possam surgir.

Analisando as experiências destacadas, percebe-se a importância de uma boa comunicação com os alunos. Ela resulta de um processo contínuo de melhorar o contato com todos não só para responder as dúvidas cotidianas, mas a fim de criar uma ideia de orientação contínua por e-mail também, seja para matrícula, seja para um acompanhamento mais longitudinal. Neste ponto, é necessária a identificação dos



alunos com os setores, de modo que os estudantes tenham conhecimento de um e-mail institucional. Com isso, eles sabem a quem recorrer quando tiverem problemas e/ou buscarem informações acerca de questões acadêmicas.

Considerando a importância de uma matrícula acompanhada de forma individualizada, é necessário olhar para os servidores envolvidos nesse processo. Muitas vezes, eles estão em setores com poucas pessoas e não conseguem dar conta de mais essa demanda. Com uma sobrecarga de trabalho, o trabalho realizado no contexto do acompanhamento discente só é realizado quando demandado pelos estudantes. Há uma dificuldade em conciliar as rotinas administrativas com o acompanhamento discente, que acaba ficando em segundo plano.

A situação atual é uma situação de apagar os incêndios que surgem e tentar cumprir o calendário que tá estipulado... ou seja, o feijão com arroz, a gente tá fazendo o feijão com arroz... e infelizmente no cardápio do feijão com arroz não tá incluído ali o acompanhamento discente. (Ivan, técnico)

Essa realidade da sobrecarga de demandas levanta a necessidade da instituição de práticas estabelecidas e reconhecidas pela UFRGS. Sem a atividade no calendário acadêmico, como o exemplificado no trecho acima, é difícil dar conta de mais essa atividade, que não é reconhecida como parte do trabalho. E nesse ponto, ainda há a necessidade de repensar as atribuições dos atores envolvidos. Enquanto a Coordenação do Curso não tem um preparo para o trabalho mais burocrático e administrativo, diferente da prática docente, a própria experiência do técnico está marcada pela expectativa dos setores, isto é, que o técnico faça um trabalho mais burocrático, um trabalho de secretaria. Em consequência, o acompanhamento discente não seria sua atribuição, promovendo um embate contínuo quanto a atribuição do trabalho técnico. Há setores que consideram que o acompanhamento discente não é trabalho do técnico, e, se o mesmo quiser promover esse atendimento e essa escuta ao estudante, teria que ser fora do horário de serviço, de forma voluntária ou ainda depois que todas as demandas burocráticas tenham sido resolvidas.

Assim, para uma política de permanência de qualidade, seria importante o estabelecimento de diretrizes quando ao acompanhamento discente, com o estabelecimento de uma carga horária específica para o acompanhamento ou ainda algum servidor exclusivo para isso em cada unidade, alguém que tenha formação e preparo para a demanda. Para que possa se quebrar essa cultura de não

acompanhamento, este trabalho tem que fazer parte da rotina, ou até ser incluído como tarefa no calendário acadêmico. Aqui foi destacada uma ação que tem sido incentivada pela PROGRAD nos últimos semestres, ainda mais no ERE, do processo de acolhida dos Calouros. Desde 2020/2, tem sido feito programas da rádio e TV UFRGS de divulgação de setores para que os calouros saibam a quem recorrer. No entanto, é questionado o quanto isso chega ao público discente, e se não seria importante incentivar ações nas Unidades de Ensino nesse mesmo sentido.

Esse procedimento de manter uma continuidade nas ações, nas unidades de maneira institucional, é de **extrema** importância. Pois, com isso, os setores poderão desenvolver uma estratégia de trabalho continuado, sem o desafio de estar sempre começando de novo, devido a não continuidade das ações. Neste contexto, surge uma crítica quanto a postura da Universidade, pois, conforme o relato de uma entrevista, em 2016-17 se tentou padronizar o acompanhamento discente com um grupo de trabalho (GT), de forma a uniformizar os discursos e prestar um serviço integrado na UFRGS, desde o acolhimento dos calouros até a graduação dos formandos. Porém, o GT encerrou os seus trabalhos com o desenvolvimento de um relatório, e não teve continuidade da demanda junto aos órgãos centrais.

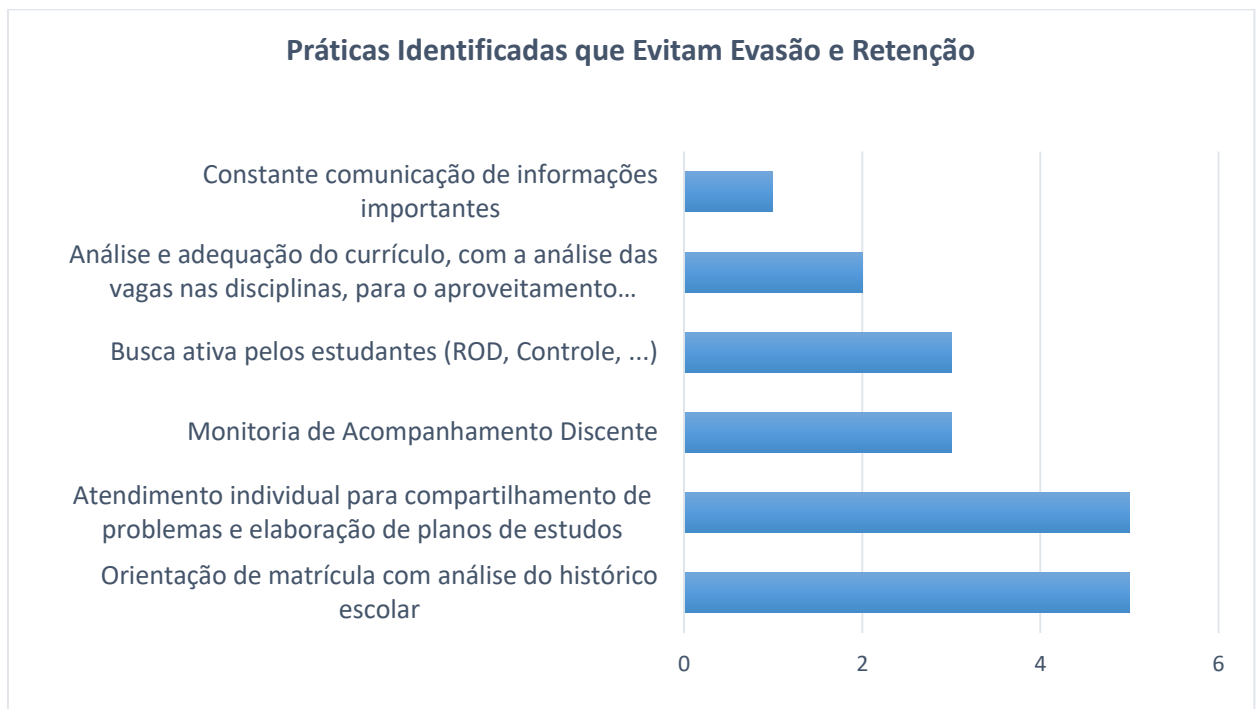
Um dos entrevistados ainda afirmou que há projetos engavetados, mas que não se consegue executar pois sempre surgem situações emergenciais, de forma que o serviço nos Núcleos Acadêmicos/COMGRADs parece estar sempre atendendo as demandas em cima dos prazos, tentando cumprir um calendário ainda mais enxuto. Com muitas frentes de trabalho e falta de pessoal para priorizar o acompanhamento, há a necessidade de um trabalho coletivo das coordenações e técnicos, o que nem sempre dá tempo e/ou é prioridade. Isso leva a questionamentos sobre o que se espera do acompanhamento enquanto instituição de Ensino. Há algumas métricas, indicadores, desejos, porém nenhuma diretriz ou política institucional, e com isso o acompanhamento fica dependente da boa vontade e de iniciativas individuais.

#### **4.1.4 Dimensão Institucional**

Quando analisamos a dimensão institucional, temos que retomar que estamos problematizando o acompanhamento como uma forma de prevenir a retenção e a evasão. Para tanto, no questionário, perguntamos aos participantes sobre situações que poderiam ser consideradas como evasão e retenção. Isso foi importante para

compreender e incentivar a reflexão desses processos, pois em seguida, problematizamos se as práticas dos seus setores poderiam prevenir a evasão ou retenção. Em sua grande maioria, 65% dos respondentes identificam em suas práticas diárias ações que previnem a evasão e retenção, sendo questionados sobre quais seriam elas.

Gráfico 9 – Identificação de práticas que evitam evasão e retenção



Fonte: Elaboração própria.

Assim, na figura acima, destaca-se a posição que a orientação de matrícula, com análise do histórico escolar e o atendimento individual, para compartilhamento de problemas e elaboração de planos de estudo como as principais práticas identificadas. Ao problematizar estas práticas nas entrevistas, surgiram diversas questões sobre o acompanhamento. Percebe-se que ainda se tem no imaginário um estudante da UFRGS que não corresponde mais a realidade, ao mesmo tempo que a Universidade parece continuar igual, estruturalmente e institucionalmente.

Com isso, é necessário parar e repensar as práticas pois temos um público discente diferente e diverso e que tem ocupado o espaço das unidades de forma distinta. Essa diferença faz surgir a necessidade de transformação do próprio acompanhamento discente que não pode ser restrito às ações individuais, sendo

necessário uma política de acompanhamento melhor explicitada. De quem é a responsabilidade do acompanhamento? Quem faz o acompanhamento? O técnico, o professor, ou é um trabalho conjunto? Se for o técnico, que profissional técnico? Precitaria de uma equipe com que predicados profissionais? Como acompanhar? Como fazer este acompanhamento previsto? Estas são algumas dúvidas que surgem frente a necessidade de uma política mais centralizada. Ainda, há a necessidade de se compartilhar o acompanhamento discente com as COMGRADs, Departamentos, Direções e até com os Centros Acadêmicos e comunidade discente em geral de modo a pensar em novas ações para chegar até os estudantes.

Por exemplo, quando há reprovação em larga escala em uma disciplina, o curso necessita conversar com os professores que, por vezes, podem ser resistentes a ter que “baixar o nível” da sua disciplina e/ou reconfigurar didaticamente a mesma. Esta é uma dificuldade que decorre da cultura institucional da UFRGS, em que os cursos são organizados por um coletivo de professores e os professores ficam nos departamentos, cujos alguns são de difícil diálogo. É necessário que, em casos assim, os professores estejam abertos para entender as particularidades dos estudantes, em um processo de reflexão contínua dos processos de aprendizagens.

O acompanhamento discente deve olhar para todos os alunos, analisar as realidades e experiência de cada curso de modo que possa se desenvolver uma política ampla e plural. Atualmente, os beneficiários da PRAE acabam por ter algum tipo de acompanhamento, devido aos seus benefícios e a organização da PRAE. Todavia, há muitos outros estudantes que, enquanto Unidades de Ensino e Cursos de Graduação, também precisam ser considerados.

[...] a questão da permanência, com uma matrícula acompanhada, aconselhada, uma matrícula de qualidade, ela é bem complicada, a gente não consegue dar conta disso. A gente não consegue partir de nós isso, se o aluno nos procura, a gente consegue dar conta, mas o inverso, a gente não consegue fazer. (Enzo, técnico)

A permanência é um desafio, sendo necessário pensar sobre a trajetória escolar dos estudantes. Com isso, faz-se necessário refletir sobre a dificuldade que se encontra em pensar a trajetória desde o início do curso, juntos com os calouros. É objeto de certo consenso que a busca ativa poderia não ser pertinente a esse nível de Ensino. Porém, com a pandemia e a situação que estamos, percebeu-se a necessidade de ir atrás dos estudantes, pois tem diversos que se encontram com dificuldades para seguir os seus estudos, seja de ordem financeira, familiar e/ou

trabalho. Qualquer auxílio que a Universidade possa prestar, já é bastante, especialmente para atender os diversos casos de estudantes que evadiram devido ao afastamento com o ensino remoto.

Com isso, fica ainda mais evidente que não existe uma diretriz a ser seguida, ocorrendo a falta de um acolhimento geral e coletivo para a Universidade. Não é claro o que e como tem que ser feito o acompanhamento discente. Há estruturas da Universidade que podem ajudar em algumas questões, como o Núcleo de Apoio ao Estudante do Instituto de Psicologia. Porém falta uma explicitação dos próprios mecanismos de acompanhamento e apoio estudantil que a universidade pode prestar.

Na realidade, na maioria das entrevistas, é possível compreender que o acompanhamento discente ainda é incipiente nos setores, feito superficialmente, muito aquém do que seria o necessário, pois os servidores não conseguem dar conta da demanda. Antes da pandemia, até se conseguia fazer alguns movimentos. Entretanto, a maior parte atesta que atua em modo de “redução de danos”, em casos de cancelamento de muitas disciplinas. O acompanhamento, quando acontece, parte da demanda dos estudantes. O mesmo não consegue partir dos servidores, por diversas razões, entre as quais foi destacada a falta algumas ferramentas específicas no Sistema de Graduação (SISGRAD).

Mas, mesmo passado o ERE, houve casos de conquistas quanto a realização do acompanhamento discente. Uma ferramenta que parece ter tido bastante sucesso foi a criação das Monitorias de Acompanhamento Discente, em que as monitoras fazem acompanhamento de alunos retidos no TCC ou ainda estudantes PNE. Em algumas Unidades, as monitoras desenvolvem e mantêm o Instagram de setores e ajudam no contato e resposta para os estudantes por e-mails e/ou redes sociais. Porém, mesmo com poucos movimentos em algumas unidades, ficamos com o questionamento: como fazer o acompanhamento?

Porque se a gente ficar pensando assim: “ah, mas não tem pessoal e não tem espaço físico, então não adianta, vou nem poder fazer nada”. Não, alguma coisa dá para a gente fazer. (Flávia, técnica)

No trecho destacado acima, aparece outro aspecto importante na análise dessa dimensão, pois, ao trabalhar com o acompanhamento discente, sempre é possível fazer alguma coisa quando os servidores se relacionam com os alunos. Essa boa vontade e essa iniciativa parece vir dos servidores, técnicos e/ou docentes. Nesse sentido, foi destacado a necessidade de pensar em ações de prevenção, de forma a

promover uma boa experiência de ingresso. Podemos exemplificar essa situação com a experiência da FABICO que, antes do ERE, fazia um ciclo de acolhimento dos calouros durante todo o primeiro semestre. Esse ciclo foi motivado pela compreensão de que o primeiro ano é o espaço crítico para a permanência desses estudantes, e a forma com que esse discente experimenta o ingresso é fundamental para ele continuar com o seu curso, de modo a concluir com sucesso.

#### 4.2 A PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO DISCENTE NA UFRGS

Partindo dessas dimensões, podemos perceber que **as práticas** do acompanhamento discente estão aquém do que é concebido como necessário pelos servidores, tendo sido bem prejudicadas durante o ERE, porém há movimentos, mesmo que inconstantes, em retomar essas atividades. Em suas perspectivas, há muito a melhorar, desde o estabelecimento de uma diretriz de acompanhamento coletivo e a inclusão da rotina da atividade para atendimento individuais. Ainda, enquanto a TUA UFRGS auxiliou em diversas funções, há a necessidade de aprimorar os dados disponíveis e o sistema de graduação. Percebeu-se que há necessidade de maiores análises de relatórios e conhecimentos quanto aos que estão disponíveis, assim como melhor conhecimento dos procedimentos e das normativas referentes a práticas cotidianas. Para os entrevistados, é necessário o estabelecimento de uma diretriz institucional de acompanhamento discente, associado a clareza das atribuições dos servidores que trabalham nos setores estudados e das ações a serem executadas.

A partir desta apresentação, cabe agora aprofundar a análise das práticas do acompanhamento discente na graduação, frente as suas ações cotidianas. Com a identificação das práticas dos servidores associados as COMGRADs e/ou Núcleo Acadêmicos, compreendemos que os conceitos de experiência para Dubet e a perspectiva da ação em Giddens são fundamentais de serem analisados no universo da UFRGS. Assim como as contribuições de Foucault quanto ao poder disciplinar são necessários quanto analisamos as formas que as normativas tentam disciplinar os corpos estudantis.

Cabe ainda destacar o porquê das escolhas destes conceitos chave, ainda mais considerando as inconsistências quanto a ação para Dubet e para Giddens, frente a totalidade das suas teorias. Enquanto Giddens desenvolve a sua teoria de

estruturação, a agência das pessoas está relacionada com a possibilidade de ação, de criar uma diferença na estrutura vigente. Por sua vez, Dubet, em sua construção teórica da experiência social, considera que a ação é um resultado das orientações sociais e culturais desenvolvidas em relação. Podendo soar similares, mas saindo de um contexto teórico bem distinto, neste trabalho o conceito da ação de Giddens faz mais sentido, quando analisamos os relatos dos entrevistados relacionados abaixo:

[...] eu tinha essa dificuldade, as vezes eu marcava com os alunos para fazer essa escuta que estava falando, mas esta escuta acontecia depois do período do trabalho, pois me orientavam a marcar com os alunos depois do horário, sendo que é parte do trabalho. Sabe, é isso que eu tinha uma certa dificuldade, que me orientavam que depois que eu fizesse todas as minhas tarefas diárias, aí tu vai lá e fala com o aluno. Não, essa é uma tarefa! [...] Então, é necessário que se tenha esse entendimento, que é parte da rotina de trabalho e de atendimento do núcleo acadêmico ouvir o aluno, fazer essa escuta do seu problema que é o problema motivador de seu problema de desempenho, e [...] isso pode resolver muita coisa. (Ivan, técnico)

Quando eu entrei, [...] eu tinha muito dessa expectativa pela descrição do cargo, mas a COMGRAD lá não tinha muitas expectativas com o meu trabalho, aí eu fiz um projeto à época para apresentar para a coordenação. Apresentei (o projeto) que era de acompanhamento dos estudantes. Esse projeto foi rejeitado pela comissão porque entendia que eu precisava fazer mais trabalho burocrático. E então eu comecei a fazer um acompanhamento discente de forma voluntária, [...] eu fiz e botei o projeto na rua igual. (Guilherme, técnico)

Estes relatos destacam agência dos servidores de modo a modificar a estrutura e desenhar um novo panorama. Estes dois servidores são Técnicos em Assuntos Educacionais e ingressaram na UFRGS em 2009. Nessa trajetória, tiveram diversas experiências de modo a problematizar a estrutura, tendo **ingressado** ainda antes das Normas Básicas da Graduação e das Normas para o Acompanhamento de Desempenho Discente vigentes.

Cabe lembrar que o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) foi atualizado em 2005, frente a redação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação regido pela Lei 11.091/2005. Sanseverino (2015) e Lopes (2019) analisam em suas dissertações de mestrado quanto as atribuições do cargo. Elas afirmam que o TAE segue tendo as suas atribuições questionadas e que muitos servidores seguem em desvio de função. Aqui podemos compreender como o conceito de experiência em Dubet nos ajuda a analisar as práticas dos servidores referentes ao acompanhamento discente na graduação. O interesse pela definição do trabalho é fundamental quando analisamos as estratégias do trabalho na Universidade. É necessário desenvolver uma prática que seja condizente com a

atribuição do TAE nos espaços da universidade, sendo esse um território em disputa. Isso pode ser observado no relato da técnica Ana abaixo:

[...] quando eu cheguei e começaram a falar das atribuições, me causou um estranhamento muito grande porque eu ficava pensando: “eu não lembro de ter lido absolutamente nada disso no edital, não tinha nada disso na minha prova, como é que isso virou uma atribuição do cargo”. E comecei a perguntar, e as respostas eram do tipo “mas é assim porque assim”, “mas fulano sempre faz, fulano sempre fez” e eu não sou muito de me contratar com esse tipo de resposta. Enfim, comecei a dizer “olha, mas não era isso...” “Não, não era, realmente não era, mas as atribuições mudaram porque em determinado momento teve uma reestruturação e o núcleo acadêmico passou a assessorar e apoiar as COMGRADs e essas tarefas passaram a ser do núcleo acadêmico, então todo mundo aqui faz tudo isso” (Ana, técnica).

Ana é uma técnica em assuntos educacionais que tomou posse em 2021, destacando a sua visão enquanto servidora nova. Ela percebeu que

[...] por se tratar do que chamam de núcleo acadêmico, mas é um espaço institucional que se configurou como uma secretaria mesmo, e eu to falando de secretaria no sentido de emitir ofício e outras burocracias [...] porque é um núcleo acadêmico que não gosta de atender o público acadêmico, que acha [...] que o aluno e as suas demandas, [...] os alunos com as suas questões são um estorvo, essa é a real do meu setor. (Ana, técnica)

Esta perspectiva indica que há setores e/ou servidores que apresentam dificuldade em assumir, como sua atribuição, o apoio aos estudantes. A realidade da UFRGS, com uma organização fragmentada em suas Unidades Acadêmicas, indica a permanência da estrutura criada. Mesmo que haja servidores que tenham agência e tentem modificar a estrutura, as suas ações não reverberam em toda a complexidade funcional/estrutural da IES. Assim, os dados revelam que, sem padronização de procedimentos, nem todos os setores conseguem avançar e construir um acompanhamento discente de qualidade em sua estrutura. Ainda, a questão quanto a definição das atribuições vai além, com a perspectiva de capacitações para os setores engajados nessas atividades, como podemos ver no relato da técnica Thais, TAE ingressante em 2019:

Já aconteceu de uma aluna chegar chorando aqui que não pode fazer a prova porque ela teve um surto psicótico, assim [...] E ela entrou chorando, se descabelando, desesperada e tal. Aí eu levei para uma sala e a guria começou a falar, falar, falar... E no fim era um assunto muito pesado, sabe? Eu não estava preparada... [...] Eu entrei em contato o docente e expliquei que a aluna teve um problema de saúde e [...] perguntei se teria muito problema de ir lá, se ela poderia fazer a prova outro dia [...] Então, essa história me deixou bem chateada, assim... Me perturba até hoje... Tipo assim, eu não sou psicóloga, eu não estou preparada pra ouvir uma coisa assim e a pessoa chorando. Eu não sabia o que fazer, aí só deixei ela falar. E tentei



ajudar no que me cabia, que era a questão pedagógica, de fazer a prova.  
(Thais, técnica)

É necessária uma política de formação sobre o que será o acompanhamento discente. O servidor vai ouvir diversas histórias, pois os estudantes terão variadas origens, tendo que atuar no manejo e na resolução de conflitos diversos. Para isso, o conhecimento das normativas das Universidade são fundamentais de modo a atuar na estrutura de acordo com as suas regras, considerando o melhor para o aluno. O processo de capacitação deve ser contínuo, não deve depender das pessoas que ocupam a gestão, de modo a propor uma renovação do conhecimento quanto a manejo de situações com alunos, de modo a auxiliar também o professor em situação adversas.

[...] depois que a gente definiu e acordou no setor que eu ia fazer esse acompanhamento mais amplo e mais de perto dos discentes, eu fui fazer capacitações e aconteceu que a EDUFRGS tava oferecendo, e está ainda, muita capacitação na área da saúde mental por conta das demandas que eles têm recebido durante o ERE e principalmente com vistas a volta da convivência de todos nós nas unidades e nos órgãos [...] Então eu fui fazer e acabei conhecendo uma experiência que eu gostei muito da UFMG que eles chamam de núcleos de escuta ou conversatórios. Que é isso, um espaço [...] de escuta a essas questões todas que não são administrativas. (Ana, técnica)

No caso da técnica Ana, ao ter ingressado na UFRGS em meio a pandemia, ao tentar definir para si mesmo as suas atribuições e o que é o acompanhamento discente em seu setor, voltou-se para as capacitações sendo desenvolvidas junto a EDUFRGS. Com isso, mesmo que tenha sido integrada no seu setor, propôs uma nova visão para o acompanhamento discente na sua unidade, mediante as experiências que teve junto às capacitações e sua comunidade. Dubet nos apresenta que a experiência social é definida frente a diversas lógicas de ação, como a integração no sistema da comunidade. No caso de Ana, ela foi lotada em um setor que não trazia as perspectivas que ela desejava subjetivamente para si quanto ao trabalho, não apresentando estratégias que pudessem ser assimiladas por ela, assim mesmo se integrando ao serviço, ela foi atrás de espaços e estratégias para tornar o trabalho dela mais significativo para si mesma, acionando outra lógica de ação definida por Dubet. Ao mesmo tempo, temos a experiência da Flávia, assistente social que trabalha em Núcleo Acadêmico atualmente, tendo passado pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (INCLUIR) da universidade.

Quando eu comecei a trabalhar na Unidade, logo percebi que também, assim como em todos os outros cursos, a gente aqui também temos estudantes com

deficiência. [...] ao total são 11 alunos com deficiência que a gente acompanha. Essa é uma parte do acompanhamento que eu tenho feito aqui junto com os outros técnicos do setor... então essa é uma das frentes de trabalho, a gente tem desde 2019, feito um esforço pra tentar sempre conseguir aquelas vagas de monitoria de acompanhamento discente junto com a PROGRAD, porque eles disponibilizam através de editais, e a gente tá com monitores pra esses cursos para fazer esse acompanhamento de acessibilidade. (Flavia, técnica)

A integração dela com o trabalho anterior move a sua prática de acompanhamento discente ainda no setor que está atualmente, movendo o olhar para o público já conhecido. Por isso, destacamos novamente a necessidade de uma proposta de capacitação constante para o desenvolvimento do trabalho do acompanhamento discente, sendo aos poucos inserido na rotina das Unidades. De forma a promover essa integração em todos os setores e serviços, mudando o sistema cultural com a troca de experiências, ao mesmo tempo que se vai construindo uma política de acompanhamento na prática. Destaca-se a integração com os alunos também, em um movimento coletivo dessa comunidade acadêmica em torno de uma prática efetiva e afetiva de acompanhamento. São feitas diversas ações de acolhimento para calouros, mas os serviços também têm que participar e auxiliar o estudante a se sentir integrado, a fazer parte da comunidade.

[...] o que dá certo no acompanhamento discente [...] é essa disponibilidade com os alunos, estar disponível para os alunos, manter este diálogo sempre aberto, acho que isso faz também os alunos nos procurarem, sabendo que eles vão ter minimamente um respaldo da COMGRAD na hora, nessa ajuda com matrícula, com o planejamento, que muitos se sentem bem perdidos as vezes, com as suas vidas particulares conciliando com a Universidade. Acho que a gente consegue até certo ponto prestar esse auxílio e eles se sentem confortáveis e confiantes na gente. (Milene, técnica)

Essa disponibilidade destacada pela técnica Milene é fundamental, pois apenas integrando o estudante é possível modificar as lógicas de ação que o atingem. Dubet mesmo afirma que estamos em constantes processos de socialização, ao mesmo tempo em que os mecanismos do jogo do sistema mercantil e a tensão dialética da cultura seguem atuando na produção da nossa experiência social. A própria permanência é afetada pela constituição da experiência do aluno, pois as lógicas de ação têm que atuar para que a presença do aluno no curso superior seja validada nos sistemas sociais a que o estudante está inserido.

Tanto o fracasso no acompanhamento discente, quanto o sucesso do processo de acompanhamento discente, eles estão atrelados nessa solução única de pegar o aluno e acompanhar ele de forma personalizada durante a vida acadêmica dele. E a gente sempre se coloca a disposição no Núcleo

para qualquer demanda que possa surgir, porém eu percebo que os alunos também são resistentes nesse pedido de ajuda. E eles só chegam na gente quando apertou a situação mesmo, quando eles estão ou com a família cobrando quando iria se formar, ou quando eles estão vendo os colegas que entraram com eles já tão se formando e eles estão lá na mesma situação, eu acho que esse sim é o maior estopim para o aluno. (Enzo, técnico)

Frente a esse receito dos alunos em pedir ajuda destacado pelo técnico Enzo, é necessário inserir no sistema cultural da UFRGS a validade em buscar ajuda, as COMGRADs e Núcleos Acadêmicos podem ajudar a organizar a trajetória do curso. Essa relação é importante, ainda mais nesse momento em que se discute a curricularização da extensão (estabelecida na UFRGS pela Resolução 29/2021 do CEPE<sup>9</sup>) nos cursos de graduação. Os percursos formativos vão cada vez mais se diferenciar, e orientação dos alunos nesse processo deve ser demandado pelos alunos cada vez mais, devendo ser feita sob a ótica do acompanhamento discente pelos serviços estudados. Porém, isso tem que ser feito de forma pensada e organizada, pois senão vai recair aos coordenadores de curso, e como a professora Maria destaca:

Porque a experiência de coordenar o curso é uma experiência que não tem nada a ver com a prática docente, nada. A gente tem que se envolver com uma série de questões didático-pedagógicas, de acompanhamento, de cuidado com o curso, que quem é só docente, não presta atenção nessas questões [...]. No início eu fiquei até um pouco revoltada assim, que a gente não tem preparo nenhum para lidar com essas questões administrativas, questões de editais, de prazos [...] E nem um preparo, digamos, como é que eu vou dizer: pedagógico, no sentido de acompanhamento, de outras questões, que o professor. (Maria, docente)

Ao destacar a necessidade de formação, cabe ressaltar ainda que as coordenações de curso possuem um Fórum de Comissões de Graduação, que dá **algum** suporte. Mas ainda assim, órgãos centrais da estrutura da universidade também tem que ter um processo de capacitações permanentes, ainda mais em períodos de excepcionalidades, como foi o Ensino Remoto Emergencial. Quando analisamos o processo de acompanhamento discente, que não possui uma diretriz clara para o seu processo, isso acaba ficando a segundo plano, sendo necessário retomar algumas das questões que o técnico Ivan destacou:

...o acompanhamento, ele tem uma dificuldade, porque tem um problema, vamos dizer, de cultura institucional mesmo, em que é muito difícil tu quebrar uma cultura de não acompanhamento e criar uma cultura de

---

<sup>9</sup> Possível de ser acessado pelo endereço eletrônico:

<https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2022/06/Res-029-Insercao-atividades-extensao-nos-curriculos-de-graduacao.pdf>

acompanhamento, quer dizer, uma cultura institucional que eu falo. Tu ter essa... ter isso instituído, que realmente é necessário fazer isso institucionalmente. Isso é muito difícil ainda de a gente conseguir. (Ivan, técnico)

Para alterarmos essa realidade, é necessário um esforço coletivo, de modo a priorizar o acompanhamento discente em cada Unidade. Tornar o acompanhamento parte da cultura da UFRGS é fundamental, e isso deve partir de todas as instâncias, pois só assim conseguiremos alterar as lógicas de ação referente a produção das subjetividades desse sistema social. Isso se torna um desafio ainda mais desafiador em uma instituição de ensino com a história da UFRGS.

[...] agora na UFRGS são 50% dos alunos que ingressaram por meio de cotas sociais, como é que não se olha para isso? Falei outro dia: a impressão que eu tenho é que todos nós, servidores docentes e técnicos, a gente tem no imaginário aquele aluno que se ouvia falar não sei quanto tempo, quando eu ingressei na UFRGS já não era a minha realidade nem dos meus irmãos, nem das pessoas com quem eu convivo. “Ahh, o aluno que faz aquela escola, que tinha um curso dos sonhos e com a família, e ele fez um cursinho, ele ingressou e todo mundo ficou feliz e comemorou, ele fez o curso e se formou, fez uma linda festa”, sabe? Não é, não é mais isso, acho que nem nos cursos com maior densidade a realidade é exatamente essa. A gente tem um imaginário que não corresponde mais a realidade do que a gente tem nos Campus, e a Universidade continua estruturalmente e institucionalmente igual, como se tivesse recebendo esses mesmos alunos. (Ana, técnica)

As especificidades deste sistema cultural indicam a necessidade de mudanças de modo a integrar a universidade na vida dos estudantes. Com isso, podemos produzir experiências sociais distintas, e não ficar estagnado em um sistema que não corresponde mais com a realidade de uma Universidade Pública Federal. O estudante da UFRGS é um sujeito social como todos nós, com diversas outras esferas na sua vida, e a universidade é apenas uma delas. Essa realidade já se mostra presente em alguns setores:

Porque eu imagino que, a maioria dos casos de reprovação da universidade, o aluno não reprova porque ele quer, ele reprova porque surgem outras circunstâncias na vida pessoal... tanto na vida pessoal quanto na vida financeira, que fazem o aluno se voltar para uma outra esfera da vida, por questões do dia a dia das pessoas. Então, eu acho que falta para a universidade uma garantia de um acesso e de uma permanência de qualidade. Porque se a gente conseguisse pegar todos os alunos que estavam em ROD e conversar um a um com eles, [...] acho que a gente teria muito mais sucesso. Ao menos, para saber os motivos que fazem o aluno chegar naquela situação que o aluno chegou de número de créditos aprovados muito inferiores ao coeficiente de desperdício. (Enzo, técnico)

E para essa alteração, é necessário problematizar que educação a UFRGS quer promover? Lembremos que Foucault já fala que a educação pode ser considerar

uma prática disciplinar de normatização e controle social, que produziu os “alunos ideais”, aqueles que ouvem com atenção os professores e aprendem mediante exercícios de repetição. Esse processo já produziu os alunos que ingressam na UFRGS mediante processos seletivos como o Vestibular e o SiSU. No entanto, até que ponto esse novo público de estudantes consegue se adaptar em uma Universidade que se mantém estruturalmente igual?

A gente tem no nosso contexto muito fortemente alunos que não priorizam a graduação. A graduação é o seu segundo escopo de atividades, primeiro vem a atividade profissional, atividade que é fonte de renda inclusive. Atualmente a gente até tem um prejuízo grande, esse eu realmente acho complicado, que os nossos alunos que o estágio não obrigatório acaba sendo mais importante que o curso. (Guilherme, técnico)

A necessidade de integrar os estudantes é fundamental, porém, mais que isso, o maior desafio da UFRGS seria quebrar o padrão desse poder disciplinar. Apenas assim, teremos uma educação crítica, ao produzir uma Universidade diversa e plural. Mas para isso, retomamos para uma questão que a Flávia destaca:

Normativa é uma coisa, mas serve pra quê? Só para dizer que o aluno que não tá bem, que ele vai ser desligado? Aí desliga porque tem uma norma. Que permite o desligamento, mas o acompanhamento, como que tem sido feito nas unidades? Fala-se muito pouco sobre como fazer esse acompanhamento. (Flávia, técnica)

No final das contas, as próprias normativas da UFRGS são instrumentos desse poder disciplinar. Quando a Resolução 19/2011 foi instituída, destacou-se mais os impactos para os alunos que não seguirem sendo aprovados do que como se fazer o acompanhamento discente. Isso mantém a lógica da punição àqueles que não seguem a seriação adequadas, àqueles que reprovam mais que aprovam. Por um lado, ao adentrar na questão financeira da organização de uma instituição de ensino pública, é necessário justificar os gastos, porém ao mesmo tempo se perpetua o poder disciplinar. O acompanhamento discente surge dessa lógica, porém tem o poder de modificar a estrutura da Universidade, ao promover ações que integrem o estudante ao processo da IES.

.... Pois se nós não criarmos essa cultura (do acompanhamento), fica parecendo que a questão do desempenho é uma questão só de responsabilização do aluno, responsabilidade do aluno, só dele e se ele não vai bem, o problema é dele. Então, essa é a dificuldade, tem um regramento que se for bem utilizado, essas regras e essas legislações, elas podem servir para criar uma cultura institucional, mas se ela não for criada, o que tá acontecendo na prática é a responsabilização do aluno, se ele não vai bem, a culpa é dele, e é isso. (Ivan, técnico)

Como destaca o técnico Ivan, essa responsabilização do aluno não pode ser apenas o meio de punição àqueles que não tem bom desempenho. Os próprios processos de ensino-aprendizagem devem ser questionados e aprimorados. Ainda mais em tempos que as tecnologias de informação e comunicação tem promovido grandes alterações no desenvolvimento dos estudantes. As normativas da UFRGS não devem apenas prever a punição, mas instituir condições para que os estudantes tenham experiências sociais significativas para se tornarem profissionais qualificados. Assim, com uma política institucional, as práticas dos servidores nas Unidades de Ensino têm a capacidade de potencializar as oportunidades de aprendizagem, de modo que o estudante possa apresentar as suas demandas, integrando os discentes junto a uma orientação quanto as suas trajetórias formativas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou de identificar e analisar as práticas dos serviços da UFRGS de acompanhamento discente na graduação. Fizemos isso mediante utilização de pesquisa bibliográfica, questionário e entrevistas com servidores que trabalham com essa prática nas Comissões de Graduação e Núcleos Acadêmicos de apoio técnico. Essa temática foi escolhida por considerar que a prática deve ser problematizada a luz do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que visa ofertar apoio pedagógico aos estudantes do ensino superior.

Fizemos um mapeamento das atividades de acompanhamento discente na graduação e realizamos um levantamento das práticas adotadas, de modo a analisar se essas potencializam ou não as oportunidades de aprendizagem. Percebeu-se que muitas atividades não ocorrem como seria o ideal, notadamente sendo desenvolvidas apenas quando acionados pelos estudantes. Porém, foram destacadas outras questões quanto a esse processo ainda mais importantes.

Percebeu-se que há a necessidade de uma diretriz institucional **quanto ao** tema e quanto a distribuição de responsabilidade quanto a esse trabalho. Criar instrumentos do sistema para auxiliar a identificar os alunos nessa situação é apenas uma frente necessária, que tem sido trabalhada com afinco desde a Instrução Normativa 04/2020. No entanto, para modificar a estrutura, são necessárias ações mais contundentes, capacitações constantes e um debate ampliado nessa temática buscando uma integração dos servidores envolvidos nesse processo. Há diversos interesses nesse interim, interesse dos servidores, técnicos e professores, interesses das Unidades e da Reitoria, que tem que ser colocados em discussão para que possamos modificar, aos poucos, o sistema cultural e promover ações de subjetivações distintas.

Esse debate tem que ocorrer para a produção de novas práticas, que busquem organizar e disciplinar a comunidade acadêmica, mas sem estar sempre voltada a punição, que é o que a decisão liminar indicou. Sabe-se que houve o esforço da Pró-Reitoria de Graduação com uma nova escrita de uma Resolução para alterar o Resolução 19/2011, mas problematiza-se que não se avançou em questões anteriores quanto a diretriz do acompanhamento, que a Instrução Normatiza baliza, mas não avança quanto as práticas e responsabilidades em si.

No entanto, ao adentrar nessa temática, é necessário problematizar que essa diretriz não seria uma maneira de promover prática paternalistas. O acompanhamento

discente tem que ser encarado com uma forma de potencializar o aprendizado, a ser considerada em toda Unidade Acadêmica com este valor. Ainda, sabe-se que nem todas as COMGRADs tem apoio técnico para as suas atividades, devido a organização das Unidades quanto aos seus servidores. Isso ainda deve ser posto em discussão quanto falamos de atribuições, pois se percebeu após o momento pandêmico que passamos que muito recaiu para as Coordenações, sem muito suporte institucional.

Assim, ao problematizar o acompanhamento discente na graduação, surgiram diversas outras questões referentes a graduação da UFRGS. Mas ainda assim, para o estabelecimento de uma rotina, cabe destacar a sugestão de um dos entrevistados, em começar colocando no calendário acadêmico um período destinado a orientação de matrícula, assim como a acolhida dos calouros tem sido promovida pela Pró-Reitoria de Graduação nos últimos semestres. Ainda, seria importante o desenvolvimento de um calendário de capacitações, se possível, presenciais de modo a promover a discussão e aos poucos instituir as diretrizes dessa nova política de acompanhamento discente na graduação da UFRGS.

Porém, problematiza-se a efetividade do estudo, tendo tido um número baixo de participantes, e ainda em divisão desigual, em que tivemos a participação maior de servidores técnicos que docentes. Tivemos participantes de todos os campi da UFRGS, porém, para fazer um mapeamento de maior qualidade das práticas e serviços, seria importante uma maior participação de todos. Possíveis caminhos para próximos estudos seria uma pesquisa de campo, analisando Unidades Acadêmicas que não participaram da pesquisa, de modo a compreender o seu funcionamento. Mesmo assim, houve dados significativos e relatos a serem considerados quanto analisadas as práticas dos serviços a partir das perspectivas dos servidores.

Além disso, há perspectivas para seguir com este estudo, ao analisar e elaborar modelos de diretrizes para este acompanhamento. De que maneira o trabalho dos Núcleos Acadêmicos e COMGRADs podem potencializar o aprendizado? Muito se viu nas estratégias de outras IES do estado do Rio Grande do Sul. Será que, para a UFRGS, grupos de estudos poderiam auxiliar a potencializar os processos de aprendizagem? Ou ainda, a elaboração de Planos Individuais de Acompanhamento seria algo possível? Há a necessidade de considerar os números gerais da UFRGS em comparação com as demais IES, mas ainda assim novos estudos seriam importantes a fim de elaborar propostas destinadas a melhorar esse processo de



acompanhamento discente, sob a lente da PNAES. Pois, conforme contextualizado nesse trabalho, a política de permanência do estudante na UFRGS passa também por esse suporte quanto a matrícula e um acompanhamento longitudinal, não apenas dos professores envolvidos nas atividades de ensino, mas de todos os servidores envolvidos com as gestões dos cursos de graduação.

## 7. REFERÊNCIAS

AMARAL, Ivanete Modesto do. O conceito de experiência social aplicado ao trabalho de jovens diplomados: uma análise na perspectiva de François Dubet. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 293-316, jan.- jun. 2016. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5896089>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, ago. 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf de. Políticas Públicas de Permanência na Educação Superior Brasileira nos Anos 2000. **36ª Reunião Nacional da ANPED**, GT11 - Política da Educação Superior. 2013. Disponível em <[http://www.anped11.uerj.br/texto\\_Carla.pdf](http://www.anped11.uerj.br/texto_Carla.pdf)>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

ARBOLEYA, Arilda. Agência e Estrutura em Bourdieu e Giddens pela Superação da Antinomia “Objetivismo-Subjetivismo”. **SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná**. v. 1, n. 1, fev 2013. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/64705/37636>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

ARENHART, Deise. O que move a ação dos indivíduos? Um diálogo com Pierre Bourdieu e François Dubet. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.33, p. 335-348, jul. - dez. 2014. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5611534>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. **Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares. **Anais X Congresso Nacional de Educação e I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação**, Curitiba. 2011. Disponível em <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4342\\_2638.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4342_2638.pdf)> Acesso em: maio de 2022.

BUENO, Irma Antonieta Gramkow, e GIUSTINA, Thais Del Rio Della. Acompanhamento Discente na Biomedicina: acompanhar e auxiliar o discente. Envolver o docente. **Salão UFRGS: II SALÃO EDUFRGS**, 2015. Disponível em: <[https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156682/EDUFRGS2015\\_Resumo\\_45083.pdf?sequence=1](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156682/EDUFRGS2015_Resumo_45083.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

BUENO, José Lino Oliveira. A evasão de alunos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 5, p. 9-16, ago. 1993. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/paideia/n5/02.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

CARNEIRO, Cristina Maria Quintão. Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu. **Tempo da Ciência** ( 13 ) 26 : 39-47, 2º semestre 2006. Disponível em <<https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1544/1260>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

COSTA, Leandro Sousa; CAMARGO, Leonardo Nunes. Disciplina e poder: breves considerações sobre a questão do corpo na filosofia de Michel Foucault. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa – BA, v.19, n.1, p.127-138, fevereiro, 2019. Disponível em <<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/1029/701>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

DAL MORO, Marília Dal; WANDERER, Fernanda. O Enem e as práticas de disciplinamento na formação do estudante nota “1000”. **Reflexão e Ação**, v. 28, n. 3, p. 195-213, 28 ago. 2020. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/12788>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

DAMETTO, J.; SOLIGO, V. SUJEITO E DISCIPLINAMENTO: CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA PENSAR A EDUCAÇÃO FORMAL. **Travessias**, Cascavel, v. 3, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3293/2600>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, nº 4 /2010. São João del-Rei-MG Pág. 143 – 157. Disponível em: <<http://seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2357/1630>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FELICETTI, Vera Lucia, e MOROSINI, Marília Costa. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, mar. 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a02v1762.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

FERREIRA, Nuno. Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 27, p. 111-141, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4265/426539991007.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber**. Tradução Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramalhete. 38ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

GEMAQUE, Licia Santos Buhaten, e SOUZA, Lúcio Gemaque. Diplomação, Retenção e Evasão: estudo com enfoque na evasão dos cursos de graduação na Universidade Federal do Maranhão no período de 2008 a 2010. **Ensino & Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 2, n. 1, p. 84-105, jan. / jun. 2016. Disponível em <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/4872/2983>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

GIDDENS, Anthony. **Central Problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis**. Berkeley, University of California Press, 1979.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIL, Nátalia de Lacerda. Reprovação e repetência escolar: a configuração de um problema políticoeducacional. **37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt02-3853.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

LAMERS, Juliana Maciel de Souza; SANTOS, Bettina Steren dos; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: Estudo de Caso em um Curso Noturno de Odontologia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, e154730, 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e154730.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

LIMA JUNIOR, Paulo; BISINOTO, Cynthia; MELO, Nilce Santos de, e RABELO, Mauro. Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 157-

178, mar. 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v27n102/1809-4465-ensaio-27-102-0157.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

LOPES, Mariana Gomes. **Análise do cargo de técnico em assuntos educacionais em uma universidade federal de Minas Gerais**. 114f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019. Disponível em: <<http://bdtd.ufm.edu.br/handle/tede/847>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Rodrigo Teles Dantas, e BARBOSA, Jenny Dantas. Retenção Universitária: Fatores Condicionantes e Ações da Gestão Acadêmica no Curso de Administração da UFS. **XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitária**, 2016. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/78553094.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

PEIXOTO, Maria Angélica. Estrutura e Agência em Anthony Giddens: Uma análise crítica do estruturacionismo. **Revista Sociologia em Rede**, vol. 4, num. 4, 2014. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/449/406>>. Acesso em: maio de 2022.

RODRIGUES, Sérgio Murilo. A relação entre o corpo e o poder em Michel Foucault. Belo Horizonte, **Psicologia em Revista**, v.9, n.13, jun. 2003, p. 109-124. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/168/181>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SANSEVERINO, Adriana Manziolillo. Plano de Ação para o Técnico em Assuntos Educacionais em uma Instituição Federal de Ensino Superior. 2015. Dissertação - Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/17452?show=full>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SANTOS, Vanessa Matos dos. Estilos de aprendizagem no Ensino Superior: enfrentando a evasão e a retenção. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 578-595, maio/ago. 2018. Disponível em <<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10347/6309>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SCHIRMER, Sirlei Nadia, JARDIM, Daniele Barros, SENA, Bruna Das Neves, DA ROSA, Thiago Silva, SEIXAS, José Vagner, e DA COSTA, Tatiane Goudinho. Acompanhamento Pedagógico: uma Ação Preventiva contra a retenção e a Evasão nos Cursos de Graduação da FURG. **XI Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul, II Congresso Internacional IGLU**, Florianópolis, 7 a 9 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25914/1.11.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. O conceito de experiência social em François Dubet: Possibilidades analíticas. **Mediações**. v. 14, n.1, p. 275-290, jan. - jun. 2009. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Mediacoeresvistadecienciassociais/2009/vol14/no1/14.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SILVA, Glauco Peres da. Análise de Evasão no Ensino Superior: uma Proposta de Diagnóstico de seus Determinantes. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p. 311-333, jul. 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/04.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SILVA, Izaqueline Jhusmicele Alcântara da, MIRANDA, Gilberto José, LEAL, Edvalda Araujo, e PEREIRA, Janser Moura. Estratégias das Coordenações dos Cursos de Ciências Contábeis para Combater a Evasão. **Revista Universo Contábil**, FURB, Blumenau, v. 14, n. 2, p. 61-81, abr./jun., 2018. Disponível em <<https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6600/4104>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SILVEIRA, Éder da Silva. Entrevista com François Dubet - Estigmas e discriminações: a experiência individual como objeto. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p.157-161, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/848/84838252016.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SLHESSARENKO, Michelli; GONÇALO, Claudio Reis; BEIRA, Joana Carlos, e CEMBRANEL, Priscila. A evasão na educação superior para o curso de bacharelado em sistemas de informação. **Revista Gestão Universitária na América Latina (GUAL)**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 128-147, jan. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n1p128/26339>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SOUZA, Marcio Ferreira de, MARIANO, Silvana Aparecida, e FERREIRA, Lina Penati. Tecendo fios entre interseccionalidade, agência e capacidades na teoria sociológica. **CIVITAS Revista de Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Civitas 21 (3): 423-433, set.-dez. 2021.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/s67HmPkNYFLsCGX9BRdpXKD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SOUZA, Denner William Flugge; DOS PASSOS, Aruanã Antônio. Soberania, disciplina e biopoder: dimensões de analítica do poder em Michel Foucault. **Revista Cadernos Zygmunt Bauman**. Maranhão, Volume 3, nº 05, 2013, p. 64-66. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/1700/2554>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

STRACK, Ricardo. Acompanhamento discente: desafios e perspectivas. **Salão UFRGS 2014: I SALÃO EDUFRGS**, 2014. Disponível em <[https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202644/EDUFRGS2014\\_Resumo\\_201452.pdf?sequence=1](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202644/EDUFRGS2014_Resumo_201452.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

STRACK, Ricardo. O Acompanhamento Discente e a Resolução 19/2011: conflito ou solução?. **Salão UFRGS 2015: II SALÃO EDUFRGS**, 2015. Disponível



em

<[https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156667/EDUFRGS2015\\_Resumo\\_45059.pdf?sequence=1](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156667/EDUFRGS2015_Resumo_45059.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

TIMMERMANS, Stefan, e BERG, Marc. Standardization in Action: Achieving Local Universality through Medical Protocols. **Social Studies of Science**, v. 27, n. 2, pp. 273–305, abril 1997. Disponível em

<<https://www.uio.no/studier/emner/matnat/ifi/INF9200/v10/readings/papers/TimmermansBerg.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

UFRGS, **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão 11/2013**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2022/08/Res-11-NORMAS-Basicas-da-Graduacao-WORPRESS-VERSAO-5.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

UFRGS, **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão 19/2011**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2022/08/Res-19-Acomp-Desempenho-Discente-alterada-WORPRESS-1.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

UFRGS, **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão 25/2020**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2022/07/Res-025-Ensino-Remoto-Emergencial-ERE-versao-pagina-1a-Alteracao-Versao-Pagina-WordPress-.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

UFRGS, **Instrução Normativa 04/2021** - PROGRAD/PROENS/UFRGS. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/prograd/wp-content/uploads/2021/04/INSTRU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-004.2021-PROGRAD-PROENS-UFRGS.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma Sociologia da Experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias** [online]. 2003, n. 9, pp. 174-214. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/Q9GcWWyTPdqfnqgGDbQQsDF/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

## APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO

Prezados,

Me chamo Bruna Leal, estou concluindo o curso de Bacharelado em Ciências Sociais e sou servidora Técnica de Assuntos Educacionais das COMGRADs de Biotecnologia e Ciências Biológicas da UFRGS. Venho a convidar vocês a participar da pesquisa de TCC que busca analisar as práticas dos serviços da UFRGS de acompanhamento discente na graduação a partir da perspectiva dos servidores (docentes e técnicos) da UFRGS que trabalham com essas atividades.

Volto o olhar para os cursos de Graduação e a atuação das COMGRADs e Núcleos Acadêmicos, tendo em vista o previsto nas Resoluções 11/2013 e 19/2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando ainda a criação do Programa de Acompanhamento Discente, Incentivo à Permanências e Redução da Evasão - #ACOMPANHA, instituído pela Instrução Normativa 004/2021/PROGRAD/PROENS/UFRGS.

Assim, solicitamos a participação de vocês do questionário, de maneira a permitir a análise da realidade prática do acompanhamento discente pelos cursos da UFRGS, agradecendo desde já a disponibilidade.

**1. Aceito participar da pesquisa: \***

Sim

Não

**2. Que cargo ocupa? \***

Servidor técnico administrativo

Servidor docente

Outro: \_\_\_\_\_

**3. Em que setor trabalha? \_\_\_\_\_**

**4. Que curso(s) de graduação atende? \_\_\_\_\_**

**5. O setor que está inserido atua com o acompanhamento discente a estudantes da graduação? \***

Sim

Não

6. Para você, o que é acompanhamento discente? \*

---



---

7. Com que frequência realiza as práticas listadas abaixo: \*

	Raro	Ocasionalmente	Normalmente	Frequentemente	Sempre
Acompanhamento discente					
Acompanhamento de estudantes em controle de matrícula					
Acompanhamento de estudantes em ROD					
Acompanhamento de estudantes com risco ao jubilar					
Acompanhamento de estudantes com risco de abandono					

**8.** Realiza acompanhamento com algum outro grupo de estudante?

Raro 1                      2                      3                      4                      5                      Sempre

**9.** Se sim, qual outro grupo de estudantes?

---



---

**10.** O setor elabora planos de recuperação da TIM dos estudantes? \*

Sim

Não

**11.** Se sim, por quem é feito esses planos de recuperação da TIMD?

Servidor técnico administrativo

Servidor docente

Outro: \_\_\_\_\_

**12.** Se sim, como é feito esses planos de recuperação da TIMD?

---



---

**13.** De que forma o acompanhamento discente segue sendo feito durante o ERE? \*

Videochamada agendada

Busca ativa via redes sociais

Videochamada da COMGRAD aberta o tempo todo

Outro: \_\_\_\_\_

**14.** Com que frequência se fez Videochamada agendada:

Nunca 1                      2                      3                      4                      5                      Sempre

**15.** Com que frequência se fez Videochamada da COMGRAD aberta o tempo todo:

Nunca 1                      2                      3                      4                      5                      Sempre

**16.** Com que frequência se fez Busca ativa via redes sociais:

Nunca      1                      2                      3                      4                      5                      Sempre

**17.** Que dificuldades enfrenta para a realização do acompanhamento discente?

---



---

**18.** Que facilidades enfrenta para a realização do acompanhamento discente?

---



---

**19.** Quanto a resolução das normas básicas da graduação, o quanto você conhece? \*

Muito pouco   1                      2                      3                      4                      5                      Muito bem

**20.** Quanto a resolução de acompanhamento discente, o quanto você conhece? \*

Muito pouco   1                      2                      3                      4                      5                      Muito bem

**21.** Quanto a instrução normativa do ACOMPANHA, o quanto você conhece? \*

Muito pouco   1                      2                      3                      4                      5                      Muito bem

**22.** Você diria que caracteriza a evasão\*

	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo
Abandono			
Troca de curso			
Trancamento de semestre			
Desistência da universidade			
Desligamento frente a ingresso provisório			

Exclusão/cancelamento de disciplinas			
Não cumprimento da grade curricular			

**23.** Se outro, qual?

---



---

**24.** Você diria que caracteriza a retenção\*

	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo
Reprovação de disciplinas			
Não cumprimento da grade curricular			
Fazer muitas eletivas em detrimento das obrigatórias			
Matricular-se apenas em extracurriculares			
Abandono			
Trancamento			
Exclusão/cancelamento de disciplinas			

**25.** Se outro, qual?

---



---

**26.** O(s) curso(s) que atende tem taxa de evasão?

Muito baixa    1                      2                      3                      4                      5                      Muito alta

**27.** O(s) curso(s) que atende tem taxa de retenção?

Muito baixa    1                      2                      3                      4                      5                      Muito alta

**28.** Consegue identificar algumas práticas desenvolvidas no seu setor para evitar a evasão e retenção? \*

Sim

Não

**29.** Se sim, quais?

---

---

Iremos selecionar aleatoriamente alguns participantes da pesquisa para uma entrevista a ser realizada via videochamada. Se tiver a disponibilidade de participar da entrevista, solicitamos que nos forneçam os dados abaixo:

**30.** Caso seja contatado para uma entrevista, estaria de acordo de participar dela? \*

Sim

Não

**31.** Se sim, favor informar o seu e-mail para contato: \_\_\_\_\_

**32.** Se sim, favor informar um WhatsApp para contato: \_\_\_\_\_

Obrigada por participar dessa pesquisa.

## **APÊNDICE B — ENTREVISTA**

Bom dia,

Vamos começar a gravação, se estiver de acordo.

### **1. Introdução: perguntas de aquecimento**

1.1. Como foi a alocação dentro da UFRGS? Atuou em outros setores dentro da UFRGS? Se sim, quais?

1.2. E como foi começar a trabalhar com o acompanhamento discente?

### **2. O cotidiano do acompanhamento discente**

2.1. Você pode me contar um pouco do seu cotidiano nas atividades de acompanhamento discente?

2.1.1. Como é a relação com os estudantes durante o processo de acompanhamento discente? O que você faz para tentar auxiliar os estudantes que estão no acompanhamento discente? Os estudantes procuram, como funciona?

2.1.2. Como é feito o acompanhamento dos estudantes em controle, ROD, jubilamento?

2.2. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes dos cursos que você atende? Como é a relação do teu setor com os estudantes que têm o acompanhamento discente?

2.3. Quais as estratégias utilizadas para auxiliar os estudantes em acompanhamento discente?

2.4. Agora em ERE, mudou alguma coisa nas práticas adotadas frente ao acompanhamento discente dos estudantes?

### **3. Percepções dos servidores sobre a política de acompanhamento discente da graduação na UFRGS**

3.1. Quais as principais dificuldades que você sente que enfrenta enquanto servidor/servidora no cotidiano do acompanhamento discente?

3.2. Há alguma orientação própria do setor que trabalha para auxiliar ou orientar os estudantes em situações de controle, ROD ou estudantes em situação de aluno bloqueado?



3.3. O que você percebe que dá certo para que o acompanhamento discente cumpra aquilo que se propõe?

3.4. E o poderia ser feito diferente?

3.5. Tem alguma crítica a Resolução 19/2011 e como ela estabelece o acompanhamento discente? Instrução Normativa 04/2020 do #ACOMPANHA?

3.6. Já teve alguma situação que te marcou por limites institucionais que não atendiam a demanda dos estudantes?